



Universidade Federal
Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
EMERSON REZENDE LEAL

**A ESCOLA TAMBÉM É NOSSO DIREITO: COMPREENDENDO A
CIDADANIA E LUTAS SOCIAIS NOS MARCOS DO CAPITALISMO COMO
SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL**

Mariana - MG

Julho de 2018

EMERSON REZENDE LEAL

A ESCOLA TAMBÉM É NOSSO DIREITO: COMPREENDENDO A CIDADANIA E LUTAS SOCIAIS NOS MARCOS DO CAPITALISMO COMO SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel, sob orientação da Prof^a M^a Taciane Couto Gonçalves.

Mariana- MG

Julho de 2018

L435e Leal, Emerson Rezende.
A escola também é nosso direito [manuscrito]: compreendendo a cidadania e lutas sociais nos marcos do capitalismo como subsídios para uma análise do movimento LGBT no Brasil / Emerson Rezende Leal. - 2018.

65f.: il.: tabs.

Orientadora: Profª. MScª. Taciane Couto Gonçalves.
Coorientador: Prof. Dr. Leal .

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Cidadania - Teses. 2. Educação - Teses. 3. Direitos sociais - Teses. 4. Movimentos sociais - Brasil - Teses. 5. Minorias sexuais - Teses. I. Gonçalves, Taciane Couto. II. , Leal. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br CDU: 323.4

"A ESCOLA TAMBÉM É NOSSO DIREITO: COMPREENDENDO A CIDADANIA
E AS LUTAS SOCIAIS NOS MARCOS DO CAPITALISMO COMO SUBSÍDIOS
PARA UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL"

EMERSON REZENDE LEAL

ORIENTADOR (A): Taciane Couto Gonçalves

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 12 / 04 / 2011

Carina de Souza

(Carina de Souza - Membro da banca)

Paula Leão

(Paula Leão - Membro da banca)

Taciane Couto Gonçalves

(Taciane Couto Gonçalves - Professora orientadora)

Dedico este trabalho a toda comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que lutam todos os dias por um mundo que reconheça nossa existência e aceite as diferenças. Dedico também a todas as Dandaras, Marielles, Mateusas e tantas outras que perderam suas vidas lutando por justiça, igualdade e respeito. Essa luta é de todos nós.

AGRADECIMENTOS

Chegado ao final de mais um ciclo, me encontro em um emaranhado de emoções ao relembrar todo o processo que vivenciei até alcançar essa vitória. Foram tantas as angústias, felicidades, enfrentamentos, superações que me levaram a viver intensamente, momentos únicos que se resultam em crescimento pessoal nessa minha jornada. Ciente de todas as dificuldades e esforços para meu ingresso e permanência na Universidade Federal de Ouro Preto e, consciente enquanto indivíduo que carrego em meu ser, características que infelizmente são vistas de forma negativa para a sociedade, enquanto homossexual, sei o quanto minha presença se encontra ainda de forma privilegiada, tendo em vista a realidade de meus irmãos e irmãs gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais acerca da educação. Assim, tenho a convicção que eu nunca conseguiria alcançar esse lugar sozinho.

Agradeço essa conquista aos meus guias de luz, que me acompanham em todos os momentos, que me apontam sempre as melhores oportunidades e que me dão forças quando penso em fraquejar.

Agradeço imensamente a minha orientadora Taciane Couto Gonçalves que atravessou meu caminho na reta final e de forma carinhosa e atenciosa, fez com que esse trabalho fosse possível de ser concretizado. Sem seus ensinamentos e sua ajuda, jamais teria conseguido essa vitória neste momento. Por você terei sempre uma profunda admiração e reconhecimento do quão grandiosa você é no espaço acadêmico.

Agradeço também a minha mãe, minha rainha, meu alicerce, meu amor dona Geny, que não somente nesse, mas em todos os momentos da minha trajetória me apoiou, incentivou e mostrou o quão longe podemos chegar enquanto tivermos forças para superar os obstáculos e sonhos a serem alcançados. Minha mãe, que sofreu comigo todas as emoções nessa trajetória acadêmica e mais que ninguém, acreditou em mim e vibrou com todas minhas vitórias. A você, eu dedico e agradeço profundamente por tudo que faz por mim, eu te amo!

Minha imensa gratidão a minha família sanguínea: Gislene, Gleisson, Hudson, Ana Carolina e Anderson que formam essa quadrilha de gente louca e que são meu suporte

para seguir em frente. Obrigado a vocês que me ajudam, de todas as formas, na minha permanência na UFOP. A minha família de vida na qual constitui em Mariana em especial: Bruna, Ana Verena, Jordânia, Amanda, Ana Carolina, Gabriela e Mariana. Vocês me ensinaram a ser uma pessoa melhor, mais humana e dar valor a vida em todos os momentos. Vocês foram essenciais nesse processo.

Aos amigos, Sheila, Luana, Heberon, Thiago, Aline, José Olavo, Ariene e todos aqueles que me apoiaram, acreditaram no meu potencial e incentivaram a lutar pelos meus objetivos. As manas de loucura e amor: Luiz, Éricles, Fabrício, Rodrigo, Prema e todas as gays que marcaram presença nesse nosso processo de luta e resistência dentro e fora dos muros da universidade. Aos companheiros (as) da república Pocilga e agregados de farra, estudo e de vida.

Agradeço também as profissionais de ponta Vanuza e Bernadete que, com muito amor e atenção, ultrapassaram a lógica de ensino e aprendiz no meu primeiro contato com a realidade profissional através do estágio e me mostraram de forma esplêndida e sensível, todas as dificuldades e angústias da profissão que escolhi seguir e que foram exemplos de competências e saber pautados na postura ética e política na qual optei por seguir.

Por último e não menos importante, agradeço minhas professoras e amigas Carina de Souza, que se tornou um exemplo de resistência dentro do espaço acadêmico e uma grande aliada para todos e todas na luta por igualdade, admiro muito sua coragem e postura e também a Paula Leão que me mostrou o quanto é possível fazer diferença dentro de sala de aula. Vocês são exemplos de profissionais que acredito necessário dentro da educação e que fazem toda a diferença, muito obrigado por tudo!

“Minha vida
É uma luta política
Sobrevivi com pouca de vida
Que foi deixada pra garantir o capitalismo

Metade da vida roubada
Por uma ciência falsa
Que não se preocupa com nossa identidade
Desfarça no sofrimento uma desigual igualdade

Aos negros e negras
Lhes devem a alma
Séculos de patriarcado
Não nos pagam nunca
Aumentam apenas nosso ódio

As minhas irmãs e irmãos
Sem identidade e corpos saudáveis
O futuro é lindo, porque deixará no passado
O gosto amargo do transfeminicídio
Do infinito labirinto
Que esconde a mais linda flor
Que no caminho broxou
Por não ter padrão

Dívida permanente
A morte não é recompensa
Na guerra entre as classes
Seremos a linha de frente
É um campo de batalha
Todos os dias nosso ódio reacende
Contra o Estado e a polícia
Somos conscientes.

“Dívida Eterna, por: Virgínia Guitzel”

RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise qualitativa, pautado no método materialismo histórico- dialético no que diz respeito a educação e a luta do movimento LGBT no Brasil, rumo ao alcance dos direitos sociais e cidadania. Dessa forma, propõe-se a discussão em torno do processo de constituição da cidadania e dos direitos básicos com a ascensão da burguesia e a dinâmica do modo de produção capitalista; as lutas sociais e a formação do movimento LGBT no contexto brasileiro; o caráter da educação formal nos moldes do capital; a relação do movimento LGBT no âmbito educacional e, por fim, os desafios para garantir o acesso aos direitos sociais e cidadania dessa parcela da população, visando fomentar e expandir o debate no qual, considera-se um movimento de extrema importância acerca dessa parcela da população que ainda se encontra em um lugar de vulnerabilidade e desigualdade social.

PALAVRAS-CHAVE: CIDADANIA, EDUCAÇÃO, DIREITOS SOCIAIS, LUTA SOCIAL, MOVIMENTO LGBT.

ABSTRACT

This work consists of a qualitative analysis, based on the method of historical-dialectical materialism with respect to the education and struggle of the LGBT movement in Brazil, towards the reach of social rights and citizenship. Thus, it is proposed the discussion about the process of constitution of citizenship and basic rights with the rise of the bourgeoisie and the dynamics of the capitalist mode of production; social struggles and the formation of the LGBT movement in the Brazilian context; the character of formal education in the mold of capital; the relationship between the LGBT movement in education and, finally, the challenges to guarantee access to the social rights and citizenship of this part of the population, in order to foment and expand the debate in which a movement of extreme importance is considered about this part of the population. population that is still in a place of vulnerability and social inequality.

KEYWORDS: CITIZENSHIP, EDUCATION, SOCIAL RIGHTS, SOCIAL STRUGGLE, LGBT MOVEMENT.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais fatos históricos da educação no Brasil.....	48
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos.

EBGLT – Encontro Brasileiro de Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos.

GGB – Grupo Gay da Bahia.

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

MEC – Ministério da Educação.

ONG – Organização Não Governamental.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

PNE- Plano Nacional da Educação.

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – CIDADANIA E LUTAS SOCIAIS NOS MARCOS DO CAPITALISMO: SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL	17
1.1 – As lutas sociais no exercício de conquistas de direitos: uma dinâmica na disputa de interesses antagônicos	21
1.2 Apontamentos sobre cidadania e lutas sociais no Brasil: uma contextualização necessária	27
1.3 O movimento LGBT: fundamentos e elementos constitutivos de um movimento identitário	35
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO LGBT: ASPECTOS DA EDUCAÇÃO FORMAL NO CAPITALISMO E AS PROPOSTAS DO MOVIMENTO NO BRASIL	41
2.1 O movimento LGBT: propostas e resistências no espaço educacional	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

A educação brasileira se mostra com um caráter excludente e discriminatório onde a hostilidade revestida de preconceitos conformam o espaço escolar atual, criando condições para a propagação de violências e segregação. Gays, lésbicas, bissexuais e principalmente travestis e transexuais são alvos diretos dessa reprodução impetuosa do modelo educacional vigente. Segundo a ‘‘Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional’’ realizada pela ABGLT em 2016, registrou-se que dentre os 1016 estudantes entrevistados, um total de 73% relatou terem sido agredidos verbalmente e 36% foram agredidos fisicamente, atingindo o maior índice dentre os outros 5 países da América Latina onde a pesquisa também foi realizada. Um apontamento que rebate diretamente na frequência e evasão desses estudantes onde

os/as estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofreram menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%). (ABGLT; 2016, p.19)

Segundo o defensor público João Paulo Carvalho Dias que é presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, o Brasil concentra 82% da evasão escolar de travestis e transexuais. Esses dados além de revelarem a drástica realidade da população LGBT na educação brasileira, demonstram também, a falta de estrutura e ausência do comprometimento na agenda do Estado por elaboração e efetivação de políticas públicas para uma educação que seja inclusiva, equitativa e de qualidade.

Assim, o estudo a seguir tem por objeto o desenvolvimento de uma ‘‘análise da educação e a luta do movimento LGBT no Brasil, rumo ao alcance dos direitos sociais e cidadania’’, tendo em vista que apesar dos esforços constantes de lutas do movimento LGBT, ainda há uma desigualdade de gênero e orientação sexual latente na educação e que, a superação dessa realidade ainda se encontra dificultosa frente aos ataques e retrocessos das pautas e direitos progressistas, vinculados a interesses de membros conservadores que atuam nas representações políticas atualmente no país. Portanto, através de uma ampla pesquisa bibliográfica, esse trabalho tem o propósito de

compreender: o processo de constituição da cidadania e dos direitos básicos com a ascensão da burguesia e a dinâmica do modo de produção capitalista; as lutas sociais e a formação do movimento LGBT no contexto brasileiro; o caráter da educação formal nos moldes do capital; a relação do movimento LGBT no âmbito educacional e, por fim, os desafios para garantir o acesso aos direitos sociais e cidadania dessa parcela da população.

Essa monografia divide-se em dois capítulos. No primeiro a exposição teórica sobre as categorias cidadania e lutas sociais constitui-se como o fio condutor para uma análise sobre a importância que assumem no processo de emancipação humana; os limites e potencialidades que registram nos marcos da sociedade capitalista; as particularidades que assumem na formação sócio-econômica do Brasil; bem como as lutas por direitos (cuja comunidade LGBT pode ser tomada como exemplo) se inscrevem como uma dentre os diversos aspectos que contribuem para a ampliação da cidadania, aprofundamento da democracia e, a depender do projeto societário a que se vinculam, alcance da emancipação humana. Para tanto, o desenvolvimento teórico deste capítulo sustentou-se nas análises de autores como Marx (2010), Coutinho (1999), Ianni (1994), Fernandes (2006), Traspadini (2014), Mészáros (2003), Duriguetto (2011), Behring e Boschetti (2008). Em se tratando da trajetória e formação do movimento LGBT no Brasil, os percursos históricos de lutas e enfrentamentos em torno da efetivação de seus direitos com foco na educação, os principais autores utilizados foram Okita (2015) e Simões e Fachinni (2009).

No segundo capítulo, a pesquisa aborda os aspectos mais gerais da educação e o papel que cumpre no bojo da sociedade de classes, tendendo a contribuir para a manutenção do *status quo*. Também será apresentada uma breve sistematização da trajetória da educação formal no Brasil sendo dado, posteriormente, maior atenção a relação com as pautas e bandeiras de luta da população LGBT, apontando como essa lógica se apresenta dentro dinâmica dos interesses de classes. Interessa-nos apresentar os processos de enfrentamento do movimento organizado, delimitando suas lutas em torno da educação e, por fim, apresentar uma reflexão acerca dos desafios e estratégias do movimento LGBT por uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade frente a onda conservadora que assola o país e o retrocesso na agenda progressista, alavancados por representantes e instituições moralistas.

Após levantamento bibliográfico foram selecionados para fundamentar as análises teóricas desse capítulo autores como: Savianni (1981), Freire (1987), Viana (2015), Junqueira (2007), referências fundamentais no bojo na discussão.

Para tanto, utilizou como proposta de análise do objeto, o Método Materialista Histórico- Dialético que permite a abstração de uma realidade concreta, afim de capturar os fenômenos que vão para além da superficialidade aparente, aproximando da essência dos mesmos, compreendendo também, a existência das condições materiais postas na apreensão da dinâmica que se apresenta. A pesquisa possui um caráter qualitativo no qual considera os diferentes posicionamentos acerca do tema, enriquecendo o aprofundamento no debate por considerar o aspecto totalizante, proporcionando coerência e relevância nas considerações.

CAPÍTULO 1 – CIDADANIA E LUTAS SOCIAIS NOS MARCOS DO CAPITALISMO: SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

A concepção sobre cidadania traz consigo diferentes visões e interpretações associadas a diversas teorias sociais e, dessa forma, analisar essa categoria significa também compreender os diferentes posicionamentos e visões acerca da dinâmica social em seus diferentes contextos históricos.

Segundo a teoria social crítica de Karl Marx, com a qual compactuamos, compreender a cidadania é também entender que se trata de uma questão na qual não se materializa em sua totalidade dentro desse modelo de produção hegemônico, o sistema capitalista. Segundo o autor, a cidadania plena se realiza em conformidade com a concepção de emancipação humana onde, no sentido da emancipação dentro dessa ordem, possui um caráter meramente político e reducionista, como aponta na crítica que faz sobre os libertadores políticos da época:

os libertadores políticos reduzem a cidadania, a comunidade política, a simples meio para preservar os chamados direitos do homem; e que, por consequência, o cidadão é declarado como servo do «homem» egoísta, a esfera em que o homem age como ser genérico surge rebaixada à esfera onde ele actua como ser parcial; e que, por fim, é o homem como burguês, e não o homem como cidadão, que é considerado como o homem verdadeiro e autêntico.(MARX; 2010, p.26)

Ainda que a lógica da cidadania dentro do capitalismo adote, por vezes, um caráter apenas de reformas, vale pensar que essa realidade não torna insignificante a busca por sua ampliação. Entende-se que a ampliação da cidadania dentro do capitalismo implica considerar a relevância das questões voltadas para o indivíduo na sua particularidade, atingindo ao máximo sua emancipação no âmbito político, sem que isto signifique o abandono da busca pela liberdade plena dos homens.

A título de exemplificação, resgatemos uma situação vivida e analisada por Marx em que, propondo discutir a luta dos judeus pela liberdade de religião na Europa, durante o

século XVII, o pensador alemão apresentou vários argumentos sobre o caráter político de emancipação da luta encampada por esses grupos e fez a seguinte crítica:

Ninguém deve iludir-se quanto aos limites da emancipação política. A cisão do homem em pessoa pública e pessoa privada o deslocamento da religião do Estado para a sociedade civil, não é uma fase, mas a consumação da emancipação política. Dessa maneira, a emancipação política não abole, nem sequer procura abolir a religiosidade real do homem (MARX; 2010, p.15)

A emancipação política para Marx, se trata apenas de questões imediatas da sociedade, relacionadas a direitos básicos, no qual pode se realizar plenamente dentro da lógica burguesa, mas sem questionar e submeter essas questões a uma crítica revolucionária estrutural, ou seja, sem atingir a essência do modo de produção capitalista.

Alguns pensadores atuais, tais como Santos (2002), defendem o exercício de desmistificação da ideia de Marx ser contrário a lógica dos direitos humanos dentro da sociabilidade na qual estamos inseridos, posicionamento esse do qual compartilhamos. Devemos ter clareza que a crítica que Marx faz em torno da emancipação política atinge não diretamente aos direitos humanos e a cidadania, mas a forma como é utilizado pela burguesia enquanto ferramenta de dominação. De fato, entende-se que essa emancipação encontra limites postos pelo próprio Capital uma vez que este pode redirecioná-la como forma de controle social e manutenção do *status quo*. ‘‘Pode, inclusive, o Estado se poder libertar de um constrangimento, sem que o homem se encontre realmente liberto, sem que o homem seja um homem livre’’. (Marx, 2010, p.10).

Entretanto, não podemos perder de vista a importância da revolução política e o progresso que ela representa, fruto de lutas da classe trabalhadora para atender suas demandas, ainda que imediatas. Representam um avanço e conquista rumo à cidadania, afim de amenizar os impactos causados pela intensa exploração da mão de obra e melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores frente a luta de classe.

Marshall (1967) ao teorizar a concepção sobre cidadania, analisando especificamente o contexto histórico Europeu, mais precisamente na Inglaterra no século XX, elabora a noção da qual a cidadania se materializa e caracteriza-se em três dimensões de direitos. De forma cronológica e sistemática, surgem os direitos civis no século XIII referentes aos direitos necessários à liberdade individual, como o exemplo do direito de ir e vir e direito a propriedade. Os direitos políticos surgem no século XIX, associados ao direito

ao voto e por último, surgem os direitos sociais no século XX no qual são capazes de conferir acesso mínimo à riqueza socialmente produzida.

Segundo Marshall, a cidadania é um processo intimamente ligado ao Estado e sua evolução e ampliação acompanhou o desenvolvimento do capitalismo. Contudo, é preciso atentar-se que essa ordem se manifesta de formas distintas em diferentes países, inclusive no Brasil.

As ideias liberais de Marshall sobre conceito de cidadania ligam-se diretamente a lógica reformista, na qual há a possibilidade de um bem-estar social dentro da ordem do capital, uma vez que assume uma desigualdade estrutural onde o papel da cidadania é agir como um mecanismo capaz de redistribuir os direitos resultando em um equilíbrio social, dentro do capitalismo.

Marshall aponta também a cidadania como um status na relação de indivíduo e Estado na lógica de concessão, segundo o qual:

a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos àqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine que esses direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva da igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do status e um aumento do número daqueles a quem é conferido o status (MARSHALL; 1967, p.76).

Vale ressaltar que essa concepção não se aplica em todos os países, pois Marshall estava analisando a Europa, onde ocorria um possível estado de bem-estar social e o movimento de construção dos direitos, principalmente sociais, ocorreu com a participação da população. Apesar de algumas contribuições de Marshall, a crítica acerca do seu pensamento deve centrar na lógica da cidadania poder se realizar em sua plenitude dentro da lógica capitalista e quando o autor afirma a cidadania como regalia numa postura de benevolência por parte do Estado e não como conquista da classe trabalhadora, negando todo processo de luta desses sujeitos.

Coutinho (1999) faz uma crítica a essa democracia burguesa apresentada por Marshall e classifica como um equívoco, caracterizando a lógica liberal como uma teoria e um regime político burguês. Coutinho argumenta que a cidadania, democracia e soberania

popular são processos intrínsecos onde, a democracia é “a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera política” e a cidadania requer o acesso aos bens produzidos socialmente, à participação de todos os sujeitos sociais no acesso à produção e ao que é fundamental para a produção e atendimento das necessidades humanas, ou seja:

cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO; 1999, p.42)

Coutinho critica também o fato da concessão de direitos através do Estado, uma vez que, os direitos só emergem mediante a uma demanda advinda da classe trabalhadora em algum determinado momento histórico e por consequência, esses direitos são formulados e reivindicados, através de organizações políticas e ações como greves gerais, como ocorreram em muitos países para conquistarem seus direitos políticos. Nesse sentido

a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo quem vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração. (COUTINHO; 1999, p. 42)

Nessa lógica, fortalece a argumentação apontando que:

direito concedido não é direito, é servidão. Nesse sentido, o alcance da cidadania encontrar-se-ia diametralmente oposto a qualquer concessão. Direito é o que se conquista, portanto, presume-se a existência de deveres, na medida em que estes não emergem somente de um Estado ou de um exercício legal constituído/instituído. (COELHO; 1990, p. 14).

Assim, é inviável negar o protagonismo da classe trabalhadora através de um tensionamento dado pelo processo de lutas e conquistas pelos direitos, processo histórico e político atravessado pela contradição das lutas de classes. Principalmente quando voltamos o olhar aos direitos sociais, diferente da concepção mecanicista dissolvida pelo liberalismo, entendendo que esses direitos se encontram em um campo antagônico de disputa no qual o Estado, apesar de utilizá-lo como meros instrumentos de controle político da população, esses direitos também são frutos de conquistas dos trabalhadores através do tensionamento contra o capital, resultando no jogo de avanços e recuos e faz necessário acentuar e fortalecer a defesa desses direitos para mantê-lo enquanto dever do Estado.

Tonet traz uma contribuição para o entendimento dessas diferentes linhas teóricas esclarecendo que:

diferente do liberalismo, para o qual o aperfeiçoamento da cidadania e da democracia jamais pode ultrapassar a ordem do capital, a esquerda democrática entende que, por haver uma contradição entre o capital e a cidadania e a democracia, esta só podem realizar-se em sua plenitude com a emancipação do capital (TONET; 2005, p.53).

1.1 – As lutas sociais no exercício de conquistas de direitos: uma dinâmica na disputa de interesses antagônicos

Vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Como bem tem sido apresentado pelos estudos de Marx e da tradição marxista, o modo de produção capitalista divide a sociedade em diferentes classes, pautadas na posição que as mesmas ocupam no bojo da divisão sócio técnica do trabalho. Apesar da existência de diferentes frações de classes, duas delas são fundamentais para compreendermos a dinâmica contraditória desse modo de produção: a burguesia, caracterizada por envolver aqueles que detêm os meios de produção, os frutos do trabalho e o poder de compra da força de trabalho; e o operariado, caracterizado por envolver aqueles indivíduos privados dos meios de produção e das condições indispensáveis para garantir sua produção e reprodução, sendo por esta razão, obrigados a vender sua força de trabalho como único meio de sobrevivência.

Porém, devemos nos atentar para o fato de que o destaque das classes fundamentais não elimina o reconhecimento de suas mais diferentes ramificações.

A análise no nível estrutural do modo de produção capitalista mostra-nos a divisão típica e fundante desse modo de produção nas classes trabalhadora e capitalista, enquanto o estudo no nível mais conjuntural, ou da formação social, assinala a manifestação concreta da multiplicidade de classes sociais (MONTAÑO; DURIGUETTO; 2011, p. 91)

Tal reconhecimento e diferenciação tornam-se, portanto, importantes para qualificar as análises sobre a realidade social ou sobre as articulações estabelecidas entre as diferentes frações de classes em busca da hegemonia ou superação da ordem vigente, dentre outros aspectos.

A lógica do capital implica que quanto mais a classe trabalhadora produz, maior é a acumulação e concentração de capital nas mãos da burguesa, que enriquece às custas do processo de exploração imposto àquela. Ou seja, a raiz de tudo não se encontra na esfera do mercado, nem é a capacidade de compra ou a renda que determina uma classe. As classes surgem no âmbito da produção, a posição ocupada na produção *stricto sensu*, o tipo de propriedade no processo produtivo indica a qual classe social dos indivíduos pertencem. Dessa forma, surgem as relações de produção ocasionadas pela ação da compra e venda da força de trabalho entre capitalistas e proletariados. Esse movimento é o que demarca o antagonismo de interesses de classes e o molde contraditório do modo de produção capitalista onde, a acumulação de uma classe se concretiza através da subalternidade e empobrecimento da outra.

É nessa dinâmica social marcada pela exploração da grande maioria da população que emergem as lutas de classes, conformando a famigerada questão social em suas diversas manifestações. Na busca de superação dessa lógica o trabalhador utiliza-se de estratégias para atenuar as desigualdades podendo ir de lutas por leis que regulem a relação salarial até lutas de enfrentamento ao poder do próprio capital cujas pautas se inscrevem num projeto de transformação social.

Montaño e Duriguetto analisam essa dinâmica em dois diferentes níveis, sendo um à nível do “modo de produção” e à nível da “formação social”, ambos articulados dialeticamente, sendo que no primeiro

constituem-se as classes fundamentais, típicas e próprias do modo de produção capitalista, numa relação de antagonismo e enfrentamento (centrada na contradição baseada na exploração da mais-valia), articulando o conceito de classes (fundamentais e antagônicas) aos de consciência (como máximo de consciência possível, a partir da compreensão científica da realidade) e de lutas de classe (que visam à superação da ordem social) [...] estas não são vistas como pessoas ou indivíduos, pois estes aparecem como personificações de categorias econômicas. Em segundo lugar, o nível da Formação Econômica e Social, em que a análise da estrutura cede lugar ao estudo da dinâmica social concreta, e satura-se de determinantes concretos, conjunturais. [...] As classes subdividem-se não só pela sua participação no processo produtivo, mas também pela sua concorrência e diferenciação no mercado, assim como pelas suas diversas condições de vida. Os indivíduos deixam de ser meras personificações de categorias sociais e econômicas, são aqui indivíduos e grupos concretos. (MONTAÑO; DURIGUETTO; 2011, p. 92)

Nesse momento abre-se precedente para incorporarmos ao debate as análises desenvolvidas por Marx acerca das categorias “classe em si” e “classe para si”.

A “classe em si” se encontra numa dimensão mais particular, fundada por uma população através de sua condição social, seu espaço e realidade na defesa de interesses próprios. É um momento que vincula uma unidade específica de luta para interesses específicos. A “classe para si” se caracteriza, num processo de consciência coletiva, como um movimento de organização de luta em defesa de interesses coletivos e comuns. É um momento na qual são transferidas para segundo plano (plano tático) as necessidades particulares de um grupo social particular, centrando esforços na disputa por um ideal único (prioritário e estratégico), onde a classe trabalhadora se torna sujeito único e autônomo, organizado em torno de um projeto societário para a luta de classes.

Essas concepções não são lineares e nem sobressalentes, são dimensões que estão ligadas ao processo histórico e dinâmico em uma relação dialética, podendo assim, coexistirem ao mesmo tempo. É no momento de “classe em si” que se propõe a agir perante todas manifestações advindas da contradição capital e trabalho no campo econômico, manifestações que expõe múltiplas consequências da exploração de uma classe por outra em diferentes formas, como a exclusão, segregação, diversos níveis de subordinação, relações de poder, questões de gênero, questões raciais, territoriais, dentre tantas outras, campo este que se faz necessário a luta para amenizar tais particulares mas, sem desvincular da compreensão que essas manifestações – podem algumas delas não surgirem junto ao processo de produção capitalista – que constituem a questão social e suas múltiplas expressões são traços desses modelo vigente. Dessa forma,

esta multiplicidade e variedade de “problemáticas”, que se apresentam na aparência de fenômenos autônomos e independentes, como desarticulados da questão central entre capital e trabalho, não podem nos levar a ignorar o fato de que elas se fundam na contradições estruturais (capital-trabalho) e nas suas manifestações (refrações da questão social), configurando formas e espaços das lutas de classes. [...] a centralidade que a questão de classe tem no modo de produção capitalista que não elimina a diversidade de questões e formas de discriminação e desigualdade, garante nessa ordem social a potencialidade de aglutinar todas essas questões em torno de um projeto realmente emancipador: a superação da sociedade comandada pelo capital e a constituição de uma sociedade sem classes (MONTAÑO; DURIGUETTO; 2011, p. 117-118)

É nessa complexidade da disputa antagônica de interesses de classes que se faz presente a importância das lutas sociais e seus protagonistas no enfrentamento de toda problemática social que necessitam de respostas imediatas às demandas da classe trabalhadora, mas que podem também serem canalizadas a fim de aglutinar forças tanto

para se alcançar melhores condições de vida como para almejar uma transformação societária.

A dinâmica social que se apresenta nos coloca determinações concretas e reais, as quais necessitam de enfrentamento imediato, mas sem perder de vista que essas demandas são manifestações da questão social, logo, as lutas sociais estão intimamente ligadas à luta de classes, como partes de um mesmo processo.

Essas lutas sociais se dividem e organizam em diferentes formatos e espaços, no processo de embate direito que envolve condições objetivas e subjetivas das relações sociais, pela conquista e garantia de direitos. Essa multiplicidade de organizações se materializa através de partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, dentre outras formas de luta coletiva.

Compreendendo as diversas demandas que se dão tanto na esfera econômica quanto política, como discutido acima das dimensões de emancipação política e humana, há diferentes pautas que são colocadas por cada uma dessas organizações sociais. Algumas expressam demandas não necessariamente ligadas à condição de classe social como, por exemplo: luta contra a desigualdade de gênero, raça e sexualidade, a xenofobia e tantas outras formas de opressão e exclusão. Há também, as lutas que se dão na esfera política e que se vinculam diretamente ao antagonismo de classe, tendo como ordem, a necessidade de superação do capital.

Essas duas dimensões não são contraditórias e devem sempre seguir em concordância, orientadas pela luta contra formas específicas de desigualdade e também para a superação da ordem social vigente, em um processo dialético.

No marco da revolução francesa e o início da era moderna, a burguesia ainda no papel de sujeito revolucionário, assume a luta política pela liberdade e igualdade dos homens. Contudo, a história revelou um abandono das pautas e princípios centrais do projeto da modernidade e uma interpretação da liberdade sob uma ótica individualista da sociedade e da igualdade somente como algo a ser alcançado na formalidade do campo jurídico.

É nesse novo modelo de sociedade que surge a ideia de cidadania moderna e os direitos fundamentais, frutos de um processo histórico e resultado de inúmeros processos de luta. A afirmação de igualdade e liberdade para todos os indivíduos e seu caráter universal revelou-se, na verdade histórica, um espaço de ações voltadas aos interesses

particulares de uma única classe e as falsas promessas logo são desmascaradas quando, a própria burguesia se mostra contrária aos interesses da maioria da população e se utiliza dessas ferramentas somente para garantir seus próprios interesses de participação política e perpetuação de seus privilégios.

Surgem em seguida, novas desigualdades frutos dessa relação. Diante dessa realidade, a camada desprivilegiada que constitui a maioria da população, excluída de seus direitos, se vê obrigada a travar diversas lutas para obter seus direitos e garantir que suas reivindicações sejam minimamente atendidas.

No bojo dessa discussão torna-se pertinente uma das críticas formuladas por Marx que muito contribui na análise sobre os direitos humanos e no reconhecimento dos mesmos no sentido de não os tomarem como contrários ou de menor importância na luta revolucionária. A problemática se encontra na forma como se processaram no ordenamento burguês onde,

os direitos humanos de ‘liberdade’, ‘fraternidade’ e ‘igualdade’ são, portanto, problemáticos, de acordo com Marx, não por si próprios, mas em função do contexto em que originam, enquanto postulados ideais e abstratos e irrealizáveis, contrapostos à realidade desconcertante da sociedade de indivíduos egoístas. Ou seja, uma sociedade regida pelas forças desumanas da competição antagônica e do ganho implacável, aliados à concentração de riqueza e poder em um número cada vez menor de mãos. Não há, portanto, uma oposição apriorística entre o marxismo e os direitos humanos: pelo contrário, Marx na verdade nunca deixou de defender o desenvolvimento livre das individualidades, em uma sociedade de indivíduos associados e não antagonicamente opostos (MESZÁROS; 1993, p.207)

Muito mais do que uma exposição cronológica ou uma justificação de ordem naturalista, como defendem os liberais, os direitos humanos, sociais e políticos são criados sobre um campo de disputas, em um processo de produção e reprodução de contradições sociais.

Mencionamos anteriormente a usual categorização desses direitos para um melhor entendimento, temos três níveis de direitos essenciais que asseguram (ou deveriam) nossa sobrevivência e que atendem nossas necessidades básicas enquanto cidadãos (as): os **direitos civis**, tendo como exemplo o direito de liberdade, de expressão e pensamento; os **direitos políticos** enquanto direito de participação no governo, direito ao voto (esse direito só se realiza numa sociedade democrática) e **direitos sociais** que se manifestam como direito a educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outros, sendo esse um direito que nos permite um mínimo de acesso à riqueza socialmente produzida.

É importante enfatizando que nessa sociabilidade os direitos tendem a ser incorporados à lógica individualista e por vezes cederem lugar para a meritocracia e os privilégios, em detrimento ao seu reconhecimento como resultante de um processo de luta coletiva em função de amenizar as consequências advindas de uma exploração ou de sua vinculação às lutas mais amplas pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O Estado, nesse contexto de lutas que marcam o século XIX, incorporou as ideias liberais onde as intervenções no âmbito social devem ser mínimas e a repressão deve ser forte.

Segundo Behring e Boschetti, o predomínio do individualismo, a naturalização da miséria, o discurso de que as políticas sociais estimulam o ócio e desperdício, são alguns dos princípios liberais e, assumindo esse caráter, o Estado passa a responder de forma repressiva e, mesmo quando as incorporam, ressignifica as

demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleçam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social (BEHRING; BOSCHETTI; 2008, p.63).

As autoras afirmam que as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social, onde ambos possuem interesses em comum quando reconhecem os direitos, mas permanecem intactos os fundamentos do capitalismo.

Na transição do século XIX para o século XX, as lutas sociais tiveram o papel fundamental na reformulação do Estado (liberal para social) onde através de mobilizações e organizações, a classe trabalhadora conquistou direitos, principalmente políticos assegurando sua participação na vida política e avançando na luta para a emancipação, obrigando o Estado a assumir e realizar ações sociais de forma ampla e sistemática. Podemos compreender a importância desse movimento uma vez que,

a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX. (BEHRING; BOSCHETTI; 2008, p.64)

Essa é a dinâmica na qual faz parte a luta de classes no seio da sociedade capitalista, uma disputa de interesses antagônicos na qual, a burguesia quando se sente ameaçada em sua estrutura, através do tensionamento causado pela classe trabalhadora através das

lutas sociais, se vê no jogo de relações no qual é necessário se manter na defensiva e obrigada ceder direitos a população. É nesse movimento contraditório e de constante luta, ora atacando e ora defendendo, que se faz essencial o papel das lutas sociais. É fundamental causar intensa e incansável pressão para que o Estado abra mão de alguns privilégios, entendendo os limites desse processo, para que consigamos garantir e ampliar o limitado de reconhecimento dos direitos de cidadania política e social para a classe que vive do trabalho.

1.2 Apontamentos sobre cidadania e lutas sociais no Brasil: uma contextualização necessária

Consentindo com o pensamento de Coutinho numa lógica que a afirmação da cidadania se apresenta intrínseca à democracia, devemos analisar o processo da revolução burguesa no Brasil e suas particularidades em um movimento político, econômico, cultural e social. Compreender as possibilidades posta no movimento de ruptura com a antiga ordem e as condições necessárias que atravessaram o cenário histórico.

O Brasil em sua posição enquanto país dependente econômica e politicamente em relação aos países de capitalismo central apresentará uma configuração desigual na construção no Estado político, implicando que se considerem outras determinações para assim entendermos como a cidadania brasileira se desenvolve e materializa.

O período de transição do Império para a República no Brasil consolida para muitos autores como o período da revolução burguesa, entretanto, devemos ter clareza que tal revolução (compreendendo a consolidação no ápice da evolução industrial) acontece através de um longo e conflituoso processo histórico e político atravessado por diferentes interesses elitista. O Brasil vivencia pressões onde,

os recursos econômicos, as instituições políticas, a capacidade militar, a subserviência aos interesses ingleses, mostravam-se de imediato graves, insuportáveis. Foi esse o momento em que o regime monárquico e o regime de trabalho escravo revelaram abertamente a sua inadequação. As forças burguesas que germinavam por dentro e por fora do escravismo e do manto monárquico compreenderam que cabia mudar alguma coisa (IANNI; 1994, p.21).

Dessa lógica, o Brasil precisava se modernizar e acompanhar o desenvolvimento dos outros países, porém, esse processo de mudança econômico e social no Brasil se realizou de forma bastante diferente das experiências clássicas de surgimento e desenvolvimento do capitalismo nos países de economia central uma vez que aqui, segundo Florestan Fernandes (2006), não houve um processo de ruptura definitiva com o passado no processo de transição para a era moderna onde se configura numa reestruturação do poder, agora na mão da burguesia. Dessa forma, as estratégias utilizadas pela oligarquia dominante se opuseram às ações burguesas do capitalismo clássico que,

ao contrário das outras burguesias que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político; antes de converter a dominação socioeconômica (FERNANDES; 2006, p. 240).

Essa ação se deu mediante diferentes interesses particulares das oligarquias, principalmente de uma burguesia agrária, a fim de criar condições de enfrentamento para a passagem modernizadora no qual o país vivenciava mantendo a lógica de manutenção de poder.

Nesse sentido, a burguesia brasileira opta pelas articulações entre as frações de classes, a cooptação, repressão, apassivamento, dentre outros elementos que garantiram que a transição acontecesse de forma lenta e gradual. Isso acarretou em um processo de desenvolvimento desigual, acelerado nos grandes centros, mas de forma oposta nas áreas rurais. O impacto disso foi a singularidade antagônica desse movimento no qual se desenvolveu socialmente modernizando-se, mas conservando o caráter arcaico.

Assim, segundo Fernandes, a burguesia se apresentava com caráter revolucionário e democrático, mas quando se era cobrada esses princípios, ela reagia de forma reacionária e ultraconservadora, dessa forma

estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas de atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como um meio – não como fim – para demonstrar sua civilidade. Nunca para empolgar os destinos da nação como um todo, para revolucioná-la de alto para baixo (FERNANDES; 2006, p.242).

Dois aspectos são importantes para compreendermos esse processo histórico no Brasil: o caráter autocrático da dominação burguesa e os conflitos de oposição por interesses divergentes dentro dessa ordem na qual, a burguesia emergente sobrepõe seus interesses aos oligárquicos, na mudança do tradicional para o moderno, resultando sua consolidação de caráter conservador no modo de dominação burguesa no Brasil.

Esse movimento que caracteriza a nova aristocracia é tratado por Fernandes como

novo padrão de dominação burguesa: unção da oligarquia antiga e moderna – e não as classes médias ou os industriais – que decidiu o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela combinou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como eixo de revolução burguesa no Brasil (Fernandes, 1996, p.247).

Nesse processo em curso, não havia representação e espaço político para atender as demandas da classe trabalhadora. Na construção da democracia que se pretendia, as relações políticas restringiam aos interesses políticos e econômico a burguesia, na construção de uma nova ordem societária realizada de cima para baixo onde,

os diferentes setores populares, as reivindicações de trabalhadores da cidade e do campo, as demandas de negros, mulatos, índios e caboclos não encontravam lugar nas esferas de poder. Modificaram-se um pouco os arranjos de poder, das relações dos setores dominantes com os populares, do poder estatal com a sociedade, para que nada se transformasse substancialmente (IANNI; 1994, p.25).

Evidencia-se assim o caráter de classe do Estado no processo da democracia na qual, a realidade brasileira se limita a uma democracia restrita, atendendo somente a uma parcela da população, ou seja, uma democracia que não se completa em sua totalidade, atendendo somente aos interesses da classe burguesa.

Outra marca do processo revolucionário burguês é a dependência latino-americana no âmbito político econômico vinculado aos países de capitalismo central. Ruy Mauro Marini é a grande referência para esse debate onde ele aponta para a dinâmica de “superexploração” do trabalhador para mostrar como o capitalismo avançado se desenvolve no Brasil¹. Outro nome de igual importância neste debate é a autora Roberta Traspadini que formula um brilhante conceito sobre a temática na qual pontua:

Dependência é a razão de ser do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Processo que retrata a especificidade do capitalismo sui generis

¹ Para melhor compreensão do conceito conferir em “Desenvolvimento e dependência”. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005

latino-americano, inerente à dinâmica geral de funcionamento do capital. Particularidade que integra a totalidade, fazendo com que o próprio, América Latina, se torne refém da lógica reprodutora do capital no âmbito mundial (TRASPADINI; 2014, p.30)

Para Traspadini, o surgimento da dependência está ligada ao processo de colonização continental vinculado ao modo como a terra e o trabalho foram particularmente tratados na América Latina. A dependência se materializa através da superexploração do trabalho - que se dá na lógica de apropriação privada da mais valia² produzida nos países periféricos para manutenção dos países capitalistas centrais - consequência de toda dinâmica capitalista.

Nesse sentido, existem alguns pontos essenciais para a compreensão desse processo, no qual:

a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela. De fato, mais que na indústria fabril, onde um aumento de trabalho implica pelo menos num maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento é muito menos sensível, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, incrementar a riqueza produzida sem um capital adicional. Compreende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho, o que, agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. É necessário observar, além disso, que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho (MARINI; 2000, p. 125-126).

² Segundo Netto e Braz (2007) mais valia é o processo de expropriação capitalista do valor excedente realizado pelo trabalhador no âmbito da produção. Ou seja, a mais valia é a diferença do valor total da mercadoria produzida pelo trabalhador e o valor inferior que lhe é pago pela mão de obra. A diferença que é base do lucro do capitalista em um processo de exploração.

Esse movimento explicita a dinâmica das relações de produções dos países de capitalismo periféricos, através da superexploração vinculada a lógica de concentração de riqueza. Porém, salienta Traspadini que o Brasil apresenta uma particularidade perante os demais países da América Latina: sua posição de sub-imperialista³ no qual “no período de industrialização teve uma ampliação da composição orgânica do capital em seu processo de desenvolvimento, via entrada de capitais estrangeiros” (Traspadini, 2014, p.31).

Em termos globais, a nova faceta do capital, denominada de neoliberalismo, reconfigura a lógica de produção e transforma as relações sociais. É marcada, dentre outras coisas, pelas inovações tecnológicas e pela hegemonia do capital financeiro, o que agrava ainda mais a exploração de mão de obra e reforça o desenvolvimento da dependência latino-americana.

Na perversa dinâmica do fetichismo⁴, surge a utilização de créditos como alternativa de compensação na queda da taxa de lucro, aparentando uma ação fora do processo produtivo. Esse complexo processo contemporâneo de sociabilidade no qual vivemos, causa efeitos devastadores para a classe trabalhadora, causando perdas de direitos e retrocessos na luta de classe como a flexibilização de leis trabalhistas, desmonte da seguridade social, fortalecimento do empreendedorismo individual, dentre outros ataques do capital para acentuar cada vez mais a superexploração no qual essa realidade está presente e com muita força no cenário atual.

Considerando essa lógica de subalternidade política e econômica perante os países de capitalismo central na qual estamos atrelados é que buscamos apreender as determinações contidas no processo de emancipação política, discutida anteriormente, considerando também a realidade miserável a que está submetida a maioria da população.

³ Para maiores informações sobre o conceito, conferir em TRASPADINI, Roberta. Dependência e luta de classes na América Latina Argumentum, vol. 6, núm. 2, julio-diciembre, 2014, p.31. Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, Brasil.

⁴ Conceito utilizado por Iamamoto para definir a relação de estranhamento do trabalhador no processo final de produção de mercadoria onde, ele não reconhece sua subjetividade humana presente na mercadoria, uma vez que, esse processo é mediatizado pela mercadoria dinheiro no qual, segundo a autora “o dinheiro expressa, pois a universalização das relações de dependência entre produtores. Isso porque a redução de todos os produtores e de todas as atividades a valores de troca pressupõe a dissolução das relações de dependência pessoal” (IAMAMOTO, 2008, p. 366).

Reconhecer a contradição advinda do modo de produção capitalista, expressa na disputa de interesses burgueses e interesses dos trabalhadores, permite pensar na necessidade dos direitos civis, políticos e sociais, compreendendo a importância da luta dentro e fora do âmbito do trabalho a fim de apossarmos da totalidade das condições sociais de existência.

Santos, ao discorrer sobre o caráter das lutas sociais populares, apresenta elementos pertinentes à temática desta pesquisa. Nas palavras da autora,

os elementos contraditórios se manifestam na dinâmica da luta de classes. As lutas político-sociais de caráter democrático e popular se revelam necessárias para diminuir o nível de exploração e da opressão a que está submetida a maioria da população, além de possibilitar acúmulo ideológico na disputa hegemônica. Nesse horizonte, são extremamente importantes, também, as práticas de resistência e de contestação à discriminação, ao preconceito e a todas as formas de opressão particulares (SANTOS; 2002, p.25. Grifos nossos)

O esforço do debate teórico o qual nos propusemos até aqui foi justamente para compreender a necessidade da efetivação da cidadania, ainda que pelos moldes burgueses, e dos direitos considerando exatamente a lógica contraditória do modo de produção capitalista. Entendemos que, apesar dessas categorias não se realizarem plenamente nos marcos da sociabilidade burguesa, atingindo apenas o nível da formalidade legal em contraponto a uma desigualdade, econômica e social, que é estrutural nesse processo de produção e reprodução das relações sociais, assumem um papel de destaque na luta revolucionária no sentido de acumularem para o elevar do nível de consciência da classe trabalhadora além de lhe atender demandas legítimas por melhores condições de vida e trabalho.

No entanto, a defesa dos direitos humanos não pode ocorrer de forma ingênua, com mero resultado da capacidade volitiva dos indivíduos sociais, nem tampouco pode ser desprezada numa sociedade extremamente desigual, caracterizada, no plano econômico, pela lógica da acumulação e, no plano cultural, pelo individualismo exacerbado. A perspectiva é que as lutas pela objetivação dos direitos humanos não fiquem restritas às contribuições para o aperfeiçoamento do Estado de direito e seu aparato jurídico-político, mas, uma vez articulada aos nexos mais profundos do tecido social, possam favorecer, ainda sob a sociabilidade burguesa, o desenvolvimento de uma nova cultura política emancipatória (Ibidem, p.25)

Em se tratando da realidade latino-americana, diante da impossibilidade de acesso aos frutos do trabalho e produção coletiva da classe trabalhadora os direitos, principalmente os sociais, possuem um caráter de atendimento imediato das necessidades básicas daqueles que justamente produzem toda a riqueza social. Além disso, é preciso superar

a visão equivocada que nega o protagonismo das lutas sociais e o mérito das classes subalternas na conquista e afirmação dos mesmos.

Ao contrário do que prega a o ideário neoliberal, os direitos em todas as suas dimensões decorrem de um processo sócio histórico da luta de classes no qual emerge as demandas dos trabalhos frente às consequências sofridas pela superexploração. São também ferramenta de acúmulo de forças para uma luta mais ampla, que envolva o rompimento com as grandes potências imperialistas, rumo a constituição de uma sociedade sem classes.

São precisas, portanto, as ideias de Mészáros para quem

ênfaticamente a importância de uma perspectiva de longo alcance não significa que ignoremos o “aqui” e “agora”. Pelo contrário, o motivo pelo qual devemos nos interessar por um horizonte muito mais amplo que o habitual é para poder conceptualizar de maneira realista uma transição para uma ordem social diferente a partir das determinações do presente. A perspectiva de longo alcance é necessária porque a meta real da transformação só pode se estabelecer dentro de tais horizontes. Além do mais, sem identificar a meta adequada, seguramente seria como viajar sem bússola, e portanto, as pessoas envolvidas poderiam se desviar facilmente de seus objetivos vitais. Por outro lado, a compreensão das determinações objetivas e subjetivas do “aqui e agora” é igualmente importante. Pois a tarefa de instituir as mudanças necessárias se define já no presente, no sentido de que pelo menos comece a se realizar “exatamente aqui e agora” (apesar de ser de forma modesta, mas com plena consciência das limitações existentes e das dificuldades para sustentar a jornada no seu horizonte temporal mais distante) ou não chegaremos a lugar algum (2003, p. 122)

O Brasil possui características diferentes em seu processo de formação capitalista (como já discutimos anteriormente) no qual refletirá diretamente no processo de constituição dos direitos sociais e das lutas sociais. Segundo Behring e Boschetti (2008), a posição periférica do Brasil em relação aos países de capitalismo centrais; combinada com marcas históricas deixadas pelo escravismo; o desenvolvimento desigual e combinado e da dependência, datada pela transição do século XIX para o século XX; as particularidades do liberalismo que aqui se constitui rebatem na consolidação dos direitos sociais no país. Pode-se dizer que tais direitos começam a ser incorporados no país somente a partir do século XX, em meados de 1920 e 1930 com algumas reformas, principalmente na área trabalhista e previdenciária, sob pressões das lutas sociais e dos trabalhadores em geral.

O momento de ruptura com a elite agrária e o surgimento da nova burguesia é marcado, segundo Behring e Boschetti, “pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas” (2008, p.73). Simultaneamente, a relação do Estado moderno com a classe trabalhadora se baseia numa posição de paternalismo, conformismo e mandonismo. Quando se percebe algum grau de ameaça às suas estruturas, a elite e seus representantes no Estado respondem com forte repressão policial e intimidação político-militar.

Há uma característica fundamental para pensarmos os processos de relações entre Estado e sociedade civil, no qual se criou, por parte da classe burguesa, uma cultura política de clientelismo no qual, por meio de ‘barganha’ de concessão de direitos a troca de interesses privados, cria-se uma estratégia de garantir os privilégios e controle das massas.

É nesse sentido de “favor” apropriado pelo discurso liberal que

o que desmente as idéias liberais e origina um padrão particular na relação entre as classes e segmentos de classe, e também as instituições do Estado, que disfarça a violência das relações de produção no Brasil, desde a escravidão até os dias de hoje. Tanto é que houve um desenho formal moderno e liberal de instituições como a burocracia e a justiça, mas internamente estas eram regidas por relações de clientela, numa coexistência estabilizada entre princípios distintos. (BEHRING; BOSCHETTI; 2008, p.74)

Dessa forma, as relações sociais se vinculam a uma cultura dominante e absorve todo caráter excludente, discriminatório, preconceituoso, dentre tantas outras marcas burguesas e, como bem expõe Boulos (2010, p.174) ao apontar a importância das lutas sociais, é “na organização popular e política que vamos exercitando maneiras de eliminar o lixo imposto e criando a verdadeira cultura da igualdade e da democracia participativa”.

Torna-se cada vez mais desafiadora a tarefa de unificar as diversas lutas sociais que existem atualmente no Brasil. Essa deficiência se dá pela falta de diálogo dos movimentos através de um não reconhecimento de pautas mais específicas de luta. Isso acarreta na problemática histórica da dificuldade de se constituir uma unidade de luta, ou seja, o problema não se encontra nas heterogêneas organizações políticas, mas, no impedimento de construção de luta singular.

Um exemplo desse apontamento se encontra no período de ditadura militar no Brasil onde, dentro dos movimentos de esquerda tradicional havia uma forte recusa de pautas identitárias, como mostra o projeto memórias da ditadura

a esquerda tradicional rejeitava organizações que se desviassem de sua prioridade – o movimento operário – e ampliassem a agenda de lutas para outras opressões, como era o caso do movimento feminista e do LGBT. Mesmo as organizações e movimentos de esquerda, que se encontrava sob intensa repressão e violência e se colocavam explicitamente ao lado dos oprimidos, reproduziam o caldo cultural machista e homofóbico característico da maioria da população brasileira. Endossavam, em certa medida, o preconceito contra os homossexuais, institucionalizado como política de Estado na ditadura (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2014).

Chamo atenção aqui para a necessidade de assumirmos a validação das organizações de pautas identitárias, entender que sua força e luta não possui caráter secundário - ainda mais quando pensamos na contemporaneidade e os avanços conservadores, vinculados a discursos de cunho político e religiosos – mas que se compreende seu processo histórico de organização onde, estando organizando, se abre caminho para avançar nos diferentes níveis de consciência e assim, caminhar para a constituição de uma unidade que se tenha uma pauta que atenda aos interesses de todos rumo a emancipação humana.

No bojo das discussões que travamos até o presente momento da pesquisa interessamos identificar quais tem sido as pautas do movimento LGBT para a educação e como esta luta se inscreve num processo de ampliação da cidadania. Para tanto, a problematização desse objeto implica ainda em desenvolvermos debates sobre um dos seguimentos da população que vem historicamente sendo alijado e excluído de seus direitos mais elementares, no caso, as pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travesti e transexuais; e a defesa da educação enquanto uma das políticas sociais elementares a condição de cidadão e cidadã.

1.3 O movimento LGBT: fundamentos e elementos constitutivos de um movimento identitário

A história e a trajetória do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), a nível mundial e também de Brasil, é marcada pela intensa violência desferida por parcelas da sociedade e pelo próprio Estado contra essa parcela da população, principalmente pela utilização da força policial.

Analisar o processo histórico do movimento LGBT implica compreender o processo de organização coletiva e politização dessa população em prol de seus direitos civis e sociais que foram assumindo ao longo dos anos. Um registro histórico marcante ficou conhecido como “A revolta de Stonewall” – nome de um famoso bar LGBT localizado na cidade de Nova York, onde circulavam várias pessoas que se identificavam com o ambiente. O local, que vinha sendo alvo de violência e repressão constante de policiais, sofreu na data de 28 de junho de 1969 uma operação militar que, através de ações violentas, agrediram os clientes do bar e prenderam várias pessoas que estavam ali presentes em um cenário caótico.

Cansados dessa rotina de ações truculentas por parte dos policiais, as pessoas que estavam ali presentes revidaram, iniciando uma revolta pautada na exigência dos seus direitos enquanto civis e como forma de resistência as atitudes das autoridades. Esse confronto teve duração de dois dias e foi um marco para o processo de luta do movimento LGBT, ficando conhecido como o momento inicial de um movimento que tomaria forma tanto nos Estados Unidos, quanto no resto dos países ocidentais. Essa data ficou historicamente marcada como o Dia do orgulho LGBT e representou todo o início da uma consciência política e identitária dessa parcela da população.

O processo de formação do movimento LGBT no Brasil aconteceu pouco mais tarde, a partir do final da década de 1970 e teve grande influência do movimento norte-americano, uma vez que, a realidade brasileira também possuía (e ainda possui) um caráter preconceituoso, discriminatório, violento, machista e com um histórico de constante repressão policial. Dessa forma, o movimento de luta social se fez presente também no Brasil, como reflexo do movimento que ocorreu com a revolta de stonewall e a luta em torno do respeito e igualdade dessa população.

Pode-se dizer que o movimento homossexual não aconteceu no Brasil enquanto não aconteceram os movimentos de juventude que viriam, a partir dos anos 1960, questionar os valores da sociedade burguesa como reflexo dos movimentos europeus e norte-americanos que, pelo próprio caráter de suas contestações, impulsionaram o movimento homossexual em nível mundial. O reflexo desse movimento mundial no Brasil foi a radicalização do movimento

estudantil que se tornaria ponta de lança no enfrentamento à ditadura (OKITA; 2015, p.74-75).

Alguns acontecimentos foram primordiais para a constituição desse movimento político que surgia em pleno final do regime ditatorial. Alguns autores como Simões e Fachinni (2009), apontam que o movimento LGBT no Brasil possui três diferentes “ondas” em seu processo de construção. A primeira onda se deu através das respostas à ditadura militar no final da década de 1970, a segunda onda surgiu com o processo de redemocratização nos anos de 1980 e a terceira onda foi a partir de 1990 com o consolidação e crescimento do movimento.

Em âmbito cultural, na primeira onda, a Tropicália surgia com a postura de contestação e revolta a moralidade da sociedade brasileira, o que influenciou e ajudou a criar condições materiais para a formação do movimento LGBT. Em 1978 surge um jornal chamado “Lampião” que trazia pautas e temas políticos e sociais da homossexualidade e discutia também pautas do movimento feminista e movimento negro. A criação dessa mídia alternativa se deu por movimentos de intelectuais, escritores e jornalistas no intuito de fomentar a discussão e críticas acerca das populações marginalizadas. Segundo Simões e Fachinni (2009) os debates da época estimulavam o questionamento dos movimentos de esquerda clássicos que pautavam na centralidade da luta de classe ao reivindicarem a legitimidade a lutas mais específicas, o que causava tensão aos diversos militantes e lutas sociais.

Simultâneo a esse movimento, surge também o grupo “Somos” em São Paulo, a primeira entidade em defesa dos direitos dos homossexuais na qual, além das atividades de lutas, estimulavam a formação de outros grupos e expansão do movimento LGBT. Esse grupo surge de militantes que se baseava na experiência vivencial para discutir a sexualidade. Inicialmente formado somente por homens, o grupo em 1979 incorporou a participação de mulheres lésbicas que se organizam para enfrentar as barreiras de machismo entre os homossexuais masculinos. O Somos possuiu uma importância fundamental na construção do movimento LGBT uma vez que, ele se apresenta como pioneiro no processo de organização da luta se tornando uma espécie de paradigma. Nesse contexto surgiram vários grupos LGBT como o Grupo Gay da Bahia (GGB) que é um dos principais atuantes na luta da população LGBT no Brasil atualmente e também o Triângulo Rosa que teve participação efetiva na luta e conquista dos direitos dessa parcela da população.

Um marco desse período foi a criação do I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais que ocorreu em 1980 na cidade de São Paulo, organizado pelo Somos e que teve, no final do encontro, a decisão de apoio a greve dos metalúrgicos que aconteceu no ABC Paulista e pela primeira vez, o movimento LGBT teve sua participação e aceitação junto a outros movimentos sociais.

Com a redemocratização do país, na década de 1980, eclode a epidemia HIV-Aids, chamado pela grande mídia de “peste gay”. Esse novo marco fez surgir, segundo Simões e Fachinni (2009), uma nova geração de militantes que não possuíam caráter ideológico de esquerda ou anarquista como no primeiro movimento, mas sim, voltavam-se a estabelecer organizações de caráter mais formal e mais focada em assegurar o direito à diferença. A vinculação da Aids à homossexualidade, difundida principalmente pelos/as médicos, “reforçavam uma atitude crítica bastante arraigada da militância contra o discurso de moralização e controle da medicina” (SIMÕES E FACHINNI 2009, p. 128). Durante esse processo, há uma parceria com o Estado voltado ao combate da epidemia, no qual se caracteriza em uma institucionalização do movimento. Essa parceria foi de extrema importância para impulsionar e fortalecer o movimento LGBT e visibilizar essa população no qual

se a aids propiciou uma expansão do poder médico, apoiado na ressonância da mídia, também jogou luz sobre práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade, que deixariam a clandestinidade para adentrar o debate público (SIMÕES; FACHINNI; 2009, p.135).

Um terceiro momento histórico importante da construção do movimento LGBT foi a partir da década de 1990 com a consolidação da parceria do Estado no sentido de apoio e incentivo financeiro e abertura de discussão e assim há uma explosão de grupos ativistas que promovem a diversificação dos vários sujeitos englobados nessa luta social. Esse acordo faz emergir vários grupos, principalmente em caráter de ONGS (organizações não governamentais), formando grandes redes nacionais, estaduais e municipais de organizações e marca o surgimento da conhecida “Parada do Orgulho LGBT” que acontecem no Brasil e representa a maior manifestação da população LGBT em nível mundial.

O movimento LGBT, desde sua gênese, possui posicionamentos políticos divergentes de seus militantes dentro do próprio movimento, frutos de diferentes visões acerca do entendimento do movimento, das relações sociais e sobre a construção de ações de enfrentamento. Esse antagonismo surge em detrimento da relação com os movimentos

tradicionais de esquerda, desde a abertura política no final do regime militar. A maioria dos movimentos tradicionais, segundo Green (2000), possuíam índole machista e preconceituosa, o que levava a uma recusa e não reconhecimento das pautas LGBT. Essa dinâmica cria, em vários momentos de construção do movimento, oposições e “rachas” no qual ainda podemos visualizar nos dias atuais.

Partimos da concepção e análise nesse trabalho que a luta do movimento LGBT é indissociável a luta da superação do sistema capitalista, entendendo as particularidades da opressão vivenciadas pela população LGBT e o processo individual de luta, mas, também, a necessidade de inter-relação com outras lutas sociais que combatam a exploração da classe trabalhadora no âmbito da produção e busquem a transformação social.

Nesse sentido, destacamos a fala de Okita (2015) ao trazer uma importante contribuição sobre as perspectivas para acabar com a LGBTfobia⁵ e construir uma sociedade sem opressões e exploração, possível somente com a transformação societária. Contudo, essa solução assim dada possui um caráter simplista. É essencial pensarmos que, segundo a mesma

além do domínio direto da repressão que essa pequena, mas forte classe tem sobre a sociedade, pelo governo, pelo exército e pela polícia, impondo seu modo de pensar, ela conta ainda com seus serventes. Esses serventes se refletem em todo um sistema de apoio na igreja, na educação e na família, organizando a sociedade com sua ideologia moral, antisssexual e anti-homossexual. A educação, a Igreja e a família exercem um papel de agentes indiretos da repressão contra os homossexuais. Ao governo e aos seus órgãos de segurança, cabe o papel de agente direto dessa repressão. (OKITA; 2015, p.84)

Ou seja, para que possamos de fato, construir uma sociedade mais justa e igualitária, devemos combater também essa realidade conservadora e moralista que é incorporada pela sociedade e se torna cada vez mais, difundida e defendida pelos agentes diretos e indiretos do Estado.

Sabemos que a questão de gênero e sexualidade antecede a sociedade de classes mas, é na consolidação desse modelo de produção que emerge uma moralidade sexual e uma concepção burguesa de família pautada na heteronormatividade⁶ na qual, todos aqueles

⁵ “LGBTFOBIA” é um termo utilizado no lugar de homofobia, pois este último invisibiliza os demais segmentos identitários.

⁶ Norma e conduta que estabelece a heterossexualidade como parâmetro identitário de normalidade e naturalidade para as orientações sexuais.

que não se enquadram nesse novo padrão de condutas e comportamento, se tornam alvo de opressões, exclusão e negação de seus direitos básicos e essenciais. A homossexualidade dessa forma se torna algo patologizante e que necessita de intervenção no sentido de extinção para que haja controle e segurança da ordem social.

A Constituição Federal de 1988 é sem dúvida, a maior conquista na luta de direitos na cena contemporânea, com avanços rumo a uma sociedade mais justa, destacando a cidadania e a dignidade humana. Dentre seus objetivos encontra-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Cf.: art. 3), porém, na prática e no cotidiano das relações sociais, observa-se uma realidade completamente antagônica aos princípios e objetivos propostos nessa Carta Magna, principalmente quando se observa a realidade de grupos denominados de ‘minorias sociais’.

A população de lésbicas, gays, bissexuais e travestis\transexuais sempre viveram sob extrema violência e exclusão no Brasil. Atualmente, com o avanço da onda conservadora em diferentes âmbitos, a LGBTfobia se intensifica causando números alarmantes de mortes e descaso para essa população. Essa dinâmica encontra apoio principalmente dos agentes indiretos do Estado, como é um exemplo atual dos representantes de Igrejas que agem no congresso nacional na chamada ‘bancada evangélica’ ecoando discursos de ódio e intolerância contra a população LGBT como práticas para se criar formas de tentar retirar direitos conquistados por essa população.

No bojo das políticas que materializam os direitos sociais conquistados e instituídos na sociedade moderna, consideramos a importância de se pensar a educação enquanto uma dentre as políticas públicas que se insere numa lógica dialética na disputa de poder, como ferramenta utilizada pelas classes antagônicas a fim de obter o controle social e a manutenção do *status quo* da burguesia. Revelou-se como um dos aparatos valiosos no processo de formação política no enfrentamento de luta de classe nas quais, como aponta Mészáros (2008) as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

Dessa forma, se faz necessário uma discussão mais elaborada acerca da educação e de como ela se apresenta na sociedade capitalista, sobre qual seria sua importância no processo de luta sociais, enfatizando a restrição ao acesso e dificuldades de permanência da comunidade LGBT.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO LGBT: ASPECTOS DA EDUCAÇÃO FORMAL NO CAPITALISMO E AS PROPOSTAS DO MOVIMENTO NO BRASIL

No capítulo anterior fizemos um esforço para compreendermos os fundamentos da cidadania e como ela se apresenta na sociedade capitalista. Dissertamos também sobre a importância das lutas sociais que se materializam nos movimentos sociais para a apropriação e transformação da restrição cidadã nos limites burgueses na sociedade dividida em classes. Sob esta lógica, acreditamos que a educação possui um papel importante nesse contexto de luta de classes no qual, apesar de sempre ter sido utilizada pelas elites como aparelho de poder contra as massas para fim de assegurar o poder dominante, a educação também pode se transformar em um grande instrumento de luta da classe trabalhadora contra a hegemonia burguesa.

A educação teve um papel fundamental no desenvolvimento político, econômico, cultural e social da burguesia enquanto classe dominante. Em sua origem, a burguesia então revolucionária almejava instaurar a lógica democrática para conseguir alcançar seus objetivos. Dessa forma, era necessário transformar o conjunto das relações sociais e dar lugar, também no imaginário social, ao reconhecimento da condição cidadã em detrimento a de súdito. Ou seja, necessitava-se de acabar com a ignorância advinda do antigo regime para a consolidação da democracia burguesa e a educação, principalmente a escolar, serviria como um grande instrumento nesse processo.

Na revolução capitalista e seu posto de classe dominante, ela [burguesia] vai estruturar os sistemas nacionais de ensino e advogar a escolarização para todos. Escolarizar todos os homens era condição de converter os servos em cidadãos, era condição de que esses cidadãos participassem do processo político, participando do processo político eles consolidariam a ordem democrática, democracia burguesa (SAVIANNI, 1981, p.44).

Dentre os aspectos trabalhados por Savianni (1981) na obra “Escola e Democracia” o autor aponta dois caracteres de educação que nos ajudam a tecer algumas reflexões sobre tal processo. Estabelecendo uma diferenciação entre “pedagogia da essência” e

“pedagogia da existência”, o autor atribui a primeira um caráter revolucionário, um sentido político de participação democrática ao qual se vincula a liberdade do homem. Enquanto que a segunda apresenta um caráter reacionário que se apoia em um plano tecnicista.

Tal diferenciação contribui para o entendimento sobre a mudança de postura da classe burguesa quando esta consolida seu *status* hegemônico. Através de um movimento contraditório, a burguesa que se apresentava revolucionária, tornou-se conservadora em prol da defesa e garantia de seus interesses próprios como forma de manutenção do *status quo*. Assim sendo, segundo o autor, ela se contrapôs à pedagogia da essência, que elevava a classe trabalhadora também para a cena política e reconhecia sua importância na participação e tomada de decisões atendendo aos interesses de ambas as partes, para fortalecer a pedagogia da existência, alegando que essa pedagogia foi construída a partir das suas próprias ideologias e pertencentes a ela mesmo, negando seu caráter revolucionário anterior, legitimando a dominação, assegurando seus privilégios e mantendo a sujeição da classe trabalhadora.

Aconteceu uma reelaboração do sentido da democracia pelos moldes burgueses, uma democracia que agora se torna restrita e falha, oposta daquela defendida e prometida no início da revolução. Logo,

sabemos a quem serviu a democracia e quem se beneficiou dela, quem vivenciou esses procedimentos democráticos e essa vivência democrática no interior das escolas. Não foi o povo, não foram os operários, não foi o proletariado. Essas experiências foram restritas a pequenos grupos, e nesse sentido elas se construíram, via de regra, em privilégios para os privilegiados, legitimando as diferenças. (SAVIANNI, 1981, p. 53)

Algumas mudanças teóricas e metodológicas foram criadas no decorrer do processo histórico da sociedade como tentativa de resolver a problemática que Savianni chama de “marginalidade” resultante do antigo regime. Assim sendo, surge a teoria não crítica no qual se refletirá os moldes da escola tradicional, elaborada através de um modelo onde o professor representa o detentor do conhecimento e os alunos são apenas ouvintes, tendo a obrigação da reprodução de conteúdo sem questionamento do mesmo.

Compreendendo a marginalidade relacionada com a ignorância, a escola teria segundo Savianni (1981, p.55) “o papel de difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente” e dessa forma amenizaria o problema da marginalização. Com várias críticas acerca da ineficiência da escola

tradicional, surge através de várias reformas, uma nova teoria mais conhecida como Escola Nova ou escolanovismo⁷ que irá se contrapor ao modelo tradicional e formular uma nova visão e interpretação da educação. A marginalidade agora é entendida na diferença dos sujeitos individuais vinculados a capacidade cognitiva, na participação do saber e também na rejeição que o indivíduo sofre pelo seu desajustamento e a função da educação, através de Escola Nova é justamente ajustar esse indivíduo e fazê-lo ser aceito na sociedade que o aceite respeitando suas particularidades. Esse modelo tradicional

acabou por rebaixar o nível do ensino destinados as camadas populares as quais muitos frequentemente tem na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. Em contrapartida, a escola nova aprimorou a qualidade do ensino destinado a elite. [...] ela deslocou o eixo de preocupação do âmbito político para o âmbito técnico-operativo cumprindo ao mesmo tempo 2 funções: manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado aos seus interesses. (SAVIANNI; 1981, p. 11)

Na metade do século XX surge nos Estados Unidos a chamada pedagogia Tecnicista, cujos elementos teórico-práticos são incorporados no Brasil no período ditatorial (entre as décadas de 1960 e 1970). Esse modelo articula-se diretamente com o sistema de produção capitalista e associado a lógica behaviorista⁸, assemelha a educação com o trabalho de fábricas e com a lógica fordista no qual o trabalhador é submetido a execução de trabalhos específicos e repetitivos sem participar da produção total do produto. Uma lógica de educação focalizada na eficiência instrumental e mecanizada. A pedagogia tecnicista surge

a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade; essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. (SAVIANNI; 1981, p.12)

A marginalidade é entendida aqui como ineficiência no âmbito da produção e assim sendo, se torna uma ameaça ao desenvolvimento e estabilidade do modelo econômico

⁷ Movimento que surge no final do século XIX e ganha força na primeira metade do século XX. Também conhecido como Escola Nova, surge para contrapor o ideário da Escola Tradicional. Centrava-se na incorporação da população infantil nas escolas, colocando-os como centro de aquisição do conhecimento escolar. Para aprofundamento do tema, sugerimos “As Manifestações da Escola Nova no Brasil 1920-1946 (2011)

⁸ Área da psicologia que estuda o comportamento dos seres vivos. Corrente na qual evidencia o aspecto comportamental como forma funcional e racional dos sujeitos, explicando a conduta humana. Na educação, foi utilizado como método para alteração comportamental de professores e alunos, acreditando que tais mudanças poderiam trazer melhorias no processo de aprendizagem.

vigente. A superação do ‘problema’ se dá então, na medida em que os indivíduos se tornam eficientes e conseguem contribuir para o sistema capitalista através da produção.

Esse modelo abre precedentes para a criação dos micros ensinamentos, ensino a distância, dentre outras modalidades que mais expressam um sucateamento e desqualificação da educação, aprofundando a falta de qualidade e perdendo cada vez mais seu caráter universal, favorecendo os interesses da burguesia e tendo como função a reprodução das desigualdades sociais e fortalecimento do modo de produção capitalista.

O resultado de todo esse processo nada mais é que o fracasso na tentativa de resolver a problemática da marginalização no Brasil, pelo contrário, tais teorias e métodos acabam por aprofundar essa marginalidade reforçando o caráter excludente e classista que a educação apresenta nos moldes do capital. Ora, devemos reforçar que a sociedade na qual estamos inseridos, é dividida por classes antagônicas com interesses distintos e as determinações sociais rebatem na educação nesse movimento de luta social. A marginalização só extinguirá juntamente com a superação do modo de produção capitalista porque é justamente esse modelo que cria condições para a manutenção da exploração e alimenta esse processo. Por esta razão, concordamos com Savianni quando o mesmo aponta que o fenômeno da marginalização “se inscreve no próprio seio das relações de produção capitalista que se funda da expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas. Marginalizado é, pois, a classe trabalhadora” (1981, p. 25).

Nesta perspectiva, Mézáros elabora uma forte crítica sobre a educação na sociedade capitalista onde esses são processos intrinsecamente ligados, ou seja, é necessário romper com o modelo de produção vigente para que se consiga efetivar uma educação significativamente diferente. Para o autor, a educação é utilizada como um aparelho para atender aos interesses burgueses no qual adquire um

propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade. (MÉSZÁROS; 2008, p.35)

A lógica de reforma estrutural da educação dentro do sistema capitalista se torna inviável por mais que possua uma boa intenção, uma vez que, interligada com o modo de produção, as reformas possuem limites e são insuficientes para que se consiga atingir as estruturas do sistema, ou seja, tenta-se corrigir o que é incorrigível.

Mészáros aponta a razão para o fracasso na tentativa de equacionar o problema da marginalização, pois esse fenômeno está ligado aos interesses da classe burguesa e compatibilidade com o modo de produção capitalista como também faz parte do processo necessário para a sobrevivência continuada do sistema. A escola para o autor possui a função de produzir obediência e consenso a partir dos próprios limites internos das instituições e que são legalmente sancionados. Assim, “esperar da sociedade mercantilizada uma sansão ativa de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar [...] a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre.” (MÉSZÁROS; 2008, p.45).

Faz-se então necessário, na visão do autor, que se criem estratégias de forma planejada e consistente para que se rompa com a lógica burguesa e também com todos os instrumentos e meios utilizados para a dominação e controle da classe trabalhadora, inclusive com a educação na estrutura em que se apresenta.

É fato que a educação nos marcos da sociabilidade burguesa possui uma estratégia específica de manutenção do poder hegemônico e de legitimação das desigualdades sociais. Assim, além das tentativas fracassadas por alguns intelectuais em solucionar a questão social através da educação, ainda a fez expandir de modo a fortalecer o caráter excludente e classista da educação. O ensino, principalmente tecnicista, revela o antagonismo das classes sociais e nos coloca a necessidade política de mudança dessa realidade em sua totalidade. Pensar a educação vinculada a cidadania como almejamos em sua forma plena é compreender essa complexa dinâmica das relações sociais na qual estamos inseridas e criar estratégias de luta para a superação desse modo de produção no qual produz e reproduz essa lógica perversa.

Tendo feito uma reflexão teórica sobre a educação e o direcionamento dado à mesma pela sociedade capitalista, faremos a seguir um movimento de analisar sua confirmação na realidade concreta, ou seja, passaremos a uma breve análise dos aspectos que a educação assumiu na realidade brasileira, retomando os principais eventos históricos, e em qual relação existente entre as lutas do movimento LGBT e a conformação de uma educação mais comprometida com o avanço da cidadania.

Em termos cronológicos, poderíamos dizer que a história da educação no Brasil inicia-se no período colonial com a chegada dos portugueses, mais especificamente, com a instituição da chamada era jesuíta, em 1549, ocasião em que se registrou grande esforço

da Igreja na intenção de catequizar os índios e os filhos de colonos e, com isso, expandir o cristianismo.

A chegada da família Real, anos mais tarde, também foi um evento importante visto que a educação sofreu uma grande mudança em sua estrutura, principalmente em 1822 com a independência, quando o país se torna emancipado politicamente e esse fator irá influenciar diretamente na concepção e estrutura do modelo de educacional. Outros fatos de igual importância que valem ser destacados incluem, já no período republicano, a criação do Conselho Nacional de Educação, em 1931, e a aprovação do primeiro Plano Nacional de Ensino/Educação (PNE), elaborado sob a vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024) de 1961. Com a Constituição Federal de 1988 ressurgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. E então, o último PNE promulgado pela lei nº 13.005/14 com duração de 10 anos (no caso, com a vigência prevista para o período de 2014 – 2024).

Apesar do destaque dado aos eventos citados acima, outros tantos ocorreram e como não é o objetivo central do presente estudo adentrar com detalhes em todo o processo histórico da educação, será reproduzido um quadro⁹ com formato sintético trazendo alguns dos acontecimentos da história da educação no Brasil para melhor visualização de sua trajetória no período.

ANO	EVENTO
1534	Criação da Companhia de Jesus e chegada dos padres jesuítas ao Brasil. Edificação da primeira escola elementar brasileira em Salvador.
1776	Criação do curso de estudos literários e teológicos no Rio de Janeiro
1798	Criação do seminário de Olinda por Dom Azevedo Coutinho, governador e bispo de Pernambuco.
1810	Criação da Academia Real Militar, Biblioteca Real, Imprensa Régia, Escola de Direito e Medicina no Rio de Janeiro e Escola de Medicina na Bahia.
1824	A constituição do Império instituiu a educação gratuita para todos os

⁹ A tabela pertence originalmente à Rosa, M.P. Educação de Qualidade no Brasil: Um sonho possível? 2011, 70 f. Trabalho de conclusão de curso (Autos Estudos de Políticas e Estratégias) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011. [Orientador: CMG Hércules Guimarães Honorato].

	cidadãos.
1826	Distribuição da educação em quatro graus: Pedagogias, Liceus, Ginásios e Academias.
1834	As províncias passaram a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário.
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices
1920	A Câmara dos Deputados promoveu uma série de debates sobre a expansão do ensino profissional, propondo a sua extensão a todos, pobres e ricos, e não apenas aos —desafortunados. Foi criada, então, uma comissão especial, denominada —Serviço de Remodelagem do Ensino Profissional Técnico, que teve o seu trabalho concluído na década de 30, à época da criação dos Ministérios da Educação e Saúde Pública e do Trabalho, Indústria e Comércio.
1924	Um grupo de educadores brasileiros imbuídos de ideias inovadoras em matéria de educação criava na cidade do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE), que acabou se tornando importante pólo irradiador do movimento renovador da educação brasileira, principalmente através das Conferências Nacionais de Educação, realizadas a partir de 1927.
1925	Criação do Departamento Nacional de Ensino, hoje Ministério da Educação.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres. Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.
1931	Criado o Conselho Nacional de Educação e, nesse mesmo ano, também foi efetivada uma reforma educacional, conhecida pelo nome do Ministro Francisco Campos e que prevaleceu até 1942, ano em que começou a ser aprovado o conjunto das chamadas —Leis Orgânicas do Ensino, mais

	conhecidas como Reforma Capanema
1932	Um grupo de educadores lança à nação o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", redigido por Fernando de Azevedo. O Decreto 21.241, de 4 de abril, consolida a reforma do ensino secundário, visando, segundo Francisco Campos, "a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional". Este Decreto resultou na implantação de um currículo enciclopédico
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1942	Criação do SENAI. Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social da Indústria (SESI) e, em 1948, do Serviço Social do Comércio (SESC). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola
1961	Promulgação da Primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, lei nº 4.024, de 20 de dezembro.
1962	Criação do Conselho Federal de Educação. Plano Nacional de Educação e Plano Nacional de Alfabetização.
1971	Promulgação da Segunda Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, publicada em 11 de agosto, durante o regime militar pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).
1996	Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro
2001	Plano Nacional de Educação, Lei 10.172, sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 9 de janeiro.
2003	Criação do programa programa Brasil Alfabetizado, que cuida da alfabetização de jovens e adultos, priorizando as regiões Norte e Nordeste do

	país
2004	Criação do Programa Universidade Para todos (PROUNI), Lei 11.096, sancionado pelo presidente Lula, em 13 de janeiro.
2007	Lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), pelo decreto nº 6.094, em 24 de abril. Criação do Programa a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), pelo decreto nº 6.096 em 24 de abril.
2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
2014	Plano Nacional de Educação, lei 13.005, sancionado em 25 de junho.

Tabela 1: Principais fatos históricos da Educação no Brasil Fonte: Honorato (2010) e Marinho (2009), adaptado pelo autor.

2.1 O movimento LGBT: propostas e resistências no espaço educacional

A população de lésbicas, gays, bissexuais e travestis, na condição de sujeitos que compõem a classe trabalhadora, tem a relação de exploração do trabalho agravada por outros determinantes que lhes impõem violências e dificuldades, determinantes que se tornam arraigados na realidade social, cultural, institucional, como parte de um processo histórico.

Intencionamos fazer o recorte dessa parcela da população não com o objetivo de segmentar ou diminuir outros indivíduos, mas como forma de apresentar a realidade desses sujeitos e suas particularidades e os avanços e desafios enfrentados pelo movimento LGBT na contemporaneidade. Dessa forma, compreendemos como já discutimos acima, a importância de entendimento das particularidades de lutas sociais, mas também no esforço de se criar pautas unificadas em prol de uma unidade de luta para a superação do modelo de produção capitalista.

A população LGBT sempre foi vítima de diferentes tipos de violências e na contemporaneidade são reforçadas essas ações vinculadas a onda conservadora que atua

no país onde são proferidas principalmente através de alguns políticos e instituições de cunho religioso. No espaço educacional essa realidade não se mostra contrária, afinal,

a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e dinâmicas sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processo de educação. (JUNQUEIRA; 2009, p. 14)

A sociedade se constitui através de um processo histórico e a educação como tal é também fruto de uma construção histórica na qual se modifica mediante as relações, ou seja, a escola é determinada socialmente através das dinâmicas das relações sociais. Dessa forma, é necessário compreendermos que ela se funda, historicamente, na sociedade capitalista como um espaço disciplinador e normalizador, através de padrões heteronormativos e sexista fazendo-se então necessário que, caminhemos em direção à transformação dessa lógica.

Paulo Freire, educador e pensador revolucionário, criador da teoria sobre a educação popular, traz em (1987) a questão da contradição entre opressor e oprimido para fazer uma crítica voltada ao modelo de educação atual. Ele aponta que há um processo de desumanização por parte do opressor através de uma imposição que faça com que o oprimido seja diminuído para que o mesmo se sinta dependente do opressor. Essa lógica revela um caráter da luta de classe onde a desumanização é materializada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores, mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. Segundo Freire (1987) a educação contemporânea denominada de “bancária” é um instrumento de opressão, um lugar onde se reproduz a desigualdade, a marginalização e a miséria. Louro, reforçando o apontando sobre o espaço educacional, afirma que na escola

os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na seqüência sexo/ gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO; 2004, p. 27)

Na realidade da população LGBT esses apontamentos se apresentam cotidianamente. Em uma pesquisa realizada pela Associação Brasil de Gays, lésbicas e Travestis e Transexuais (ALGBT), em 2016, registrou-se que dentre os 1016 estudantes entrevistados, um total de 73% relatou terem sido agredidos verbalmente e 36% foram

agredidos fisicamente. A realidade das travestis e transexuais é mais violenta ainda se comparada aos outros indivíduos. Além disto, uma pesquisa realizada pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estima que o país concentre 82% de evasão escolar de travestis e transexuais.

Acredita-se que essa realidade violenta acarreta no aumento do índice dessa população em empregos informais como a prostituição e conseqüentemente se tornam alvos de inúmeras vulnerabilidades pessoais e sociais. A necessidade de demonstrar esses dados se faz não como meras informações, mas como meios de desvelamento dessa realidade para que se possa atuar acerca da problemática e corroboram também como instrumento para avançarmos na luta, através de movimentos organizados, de elaboração e implementação de políticas públicas antidiscrimatórias, colocando na pauta da agenda dos direitos humanos.

Freire (2001) considera que esses comportamentos se derivam de uma cultura e suas transformações na sociedade. Nessa dinâmica existem diferenças interculturais que surgem pela relação de raça, cor, gênero, sexualidade, etc na qual, essas diferenças são geradoras de ideologias tanto discriminatórias quanto de resistência. Entretanto segundo Freire ‘‘não é a cultura discriminada a que gera ideologia discriminatória, mas a cultura hegemônica que a faz’’ (p.18). Dessa forma, a superação da condição que é dada aos indivíduos em conformidade com o aspecto de oprimidos e a transformação dos comportamentos que lhes rebaixam se dá através da luta dos oprimidos pela libertação dessa relação violenta na qual

Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, roeste poder, a força da libertação dos oprimidos nem de si mesmo. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, tem necessidade, para que a sua generosidade continue tendo oportunidade de realizar-se, de permanência da injustiça. A ordem social injusta é a fonte geradora, permanente, desta generosidade que se nutre da morte, do desalento e da miséria. (FREIRE; 1987, p.17)

Assim, do ponto de vista de Louro (2003), são múltiplas determinações que corroboram para o campo de exercício desigual que legitimam, hierarquizam e desqualificam os

sujeitos e se materializam através das táticas de organização, currículos, instrumentos de avaliação dentre outros, partes de uma estrutura educacional arcaica. Aparatos que tornam inegável que a LGBTfobia no campo educacional, reforçam a exclusão e negação desses sujeitos nesse espaço e colaboram com o exercício da negação de seus direitos tanto internamente através da incidência no padrão das relações sociais, o mal-estar nas relações sociais dos alunos, na relação com os profissionais, dentre outros e também de forma externa, impedindo-os de usufruir de seus direitos sociais.

Cabe então, ao movimento LGBT na qual se configura na ação coletiva dos sujeitos, a importante tarefa de mobilização social e conscientização da sociedade civil para a realidade no campo educacional para que consigamos travar embates que assegurem e garantem os direitos desses sujeitos e que consigamos avançar na transformação dessa lógica violenta e excludente. Tendo em vista a situação decadente da política no cenário atual, onde possui uma “bancada evangélica” que não mede esforços na tentativa de retiradas de direitos da população LGBT, apoiando-se em uma moral conservadora que atinge também vários espaços e membros da sociedade civil, essa disputa esbarra cada vez mais em limites de avanços e numa prática política de retrocessos e retiradas de direitos.

A luta pelos direitos na população LGBT em geral é um fato recente com poucas, porém importantes conquistas para esses sujeitos e, se encontra num quadro dinâmico de resistência e enfrentamento diário. Essas conquistas são instrumentos essenciais para a equidade, se tornam principais no avanço da visibilidade LGBT e surgimento dessa população nos espaços e debates de ordem pública.

Algumas conquistas como a retirada da homossexualidade do quadro de doença mental pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1997 e a transexualidade como sendo a conquista mais recente onde somente em 18 de junho de 2018 é retirada da lista de doenças mentais. Conquistas que representam um marco nesse processo de relação entre Estado e movimento sociais para o reconhecimento das identidades de sujeitos e elaboração e efetivação de políticas públicas. Podemos apontar outras conquistas que foram importantes como: a adoção de crianças por casais homoafetivos em 2005, a cirurgia de mudança de sexo realizada através do Sistema Único de Saúde (SUS), o reconhecimento da união homoafetiva inscrita na resolução 175 de 2011, a mudança do nome civil e social em 2016.

No que tange o âmbito educacional, os debates e olhares para a relação de gênero e diversidade sexual ocorrem a partir de 1990. Os principais acontecimentos nessa área foram a Conferência Mundial de Educação para todos, que ocorreu em 1990 e a Conferência da Cúpula de Nova Delhi em 1993. Na primeira conferência as discussões tinham direcionamento para a formação de todos os sujeitos na educação básica e na qualidade de ensino. A segunda conferência se deu em um formato ampliado e contou com a participação de países com números elevados de população, o que incluiu o Brasil no qual objetivo na continuidade dos debates realizados na primeira. Com a participação do Brasil e a representação de diversos movimentos sociais cria-se um novo formato através de acordos na educação, focados nas desigualdades sociais e culturais e objetivando metas de universalização de acesso e qualidade educacionais.

Vale ressaltar que, conforme Vianna (2015) o processo de luta em torno das pautas de gênero e diversidade sexual na educação no Brasil é marcado por árduas disputas entre a relação de movimentos sociais e Estado que se realiza por perdas, ganhos e desafios uma vez que as relações de poder que sustentam as relações de gênero e diversidades em nossa sociedade ainda limitam as chances de consolidação de tais conceitos enquanto definidores de políticas públicas para a educação e de, assim, desestruturar a heteronormatividade e homofobia.

No período de 1994 no qual o Brasil vivencia a epidemia do HIV/AIDS no qual atinge diretamente a população LGBT e reconfigura o caráter do movimento e a pauta educacional torna-se central. Em uma parceria do ministério da Educação com Ministério da Saúde, começam por estimular projetos da temática de educação sexual coordenados pelo MEC afim de incluir o conteúdo as atividades curriculares da educação infantil.

De acordo com Vianna (2015) na passagem dos anos de 1990 e 2000, ocorreu uma abertura acerca da educação para o debate de gênero e sexualidade no âmbito das políticas públicas. No governo do então presidente Luiz Inácio da Silva havia um discurso voltado para a inclusão social para a tentativa de negociação em detrimento de diversas pressões e reivindicações do movimento LGBT numa dinâmica que perpassa a rotina das lutas sociais que busca o reconhecimento dos seus direitos como alternativas de atenuar as desigualdades sociais.

Em detrimento as fortes pressões feitas pelo movimento LGBT para que o governo criasse ações acerca das demandas na educação, acontece o XI Encontro Brasileiro de gays, lésbicas e transexuais (EBGLT) em 2003 onde o governo, sendo representado por um secretário dos direitos humanos, apresentou uma proposta que consiste na produção de cartilhas de orientação para a sociedade acerca da população LGBT. Essa proposta foi repelida pelo movimento que ainda exigiu a construção de políticas públicas que tratasse do tema. Nesse segmento, Vianna (2015) apresenta a criação através do MEC a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em 2004 que objetiva a criação de programas voltados ao combate e discriminação racial e sexual. Esse movimento faz emergir pautas que se encontravam marginalizadas da agenda governamental e começam a ser negociadas.

Em Junqueira encontra-se o seguinte esclarecimento acerca dos compromissos na área da educação no quais se propõe a

elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de ações voltadas ao respeito e à não-discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; fomentar e apoiar cursos de formação inicial e continuada de professores sobre sexualidade; formar equipes para avaliar livros didáticos e eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e identidade de gênero; estimular a produção de materiais educativos sobre orientação sexual e identidade de gênero e superação da homofobia; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgar informações científicas sobre sexualidade; estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o enfrentamento da violência e da discriminação de LGBT; instituir um subcomitê, com participação do movimento LGBT, para acompanhar e avaliar a implementação do BSH. Para um relatório das ações do MEC no biênio 2005-2006 no âmbito do BSH. (JUNQUEIRA; 2009, p.16)

Essas estratégias foram criadas na tentativa de garantir a promoção da “cidadania” para todos. Com isso, o governo em conjunto com a sociedade, cria em 2004 o “Programa Brasil sem Homofobia”, resgatando as demandas históricas do movimento LGBT. Esse programa objetiva a formulação e a implementação integradas e de caráter nacional de enfrentamento dessa situação. O programa vislumbra a equidade social para a efetivação da democracia reconhecendo o pluralismo das identidades dos sujeitos. Dentre as propostas do programa, foi apresentada um projeto voltado para a educação chamado “Escola Sem Homofobia”. Esse programa objetivava na produção de materiais educativos específicos para discutir questões como orientação sexual e homofobia nas escolas. A construção desse projeto contou principalmente com os esforços e pressões da ABGLT (Associação Brasil de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais), financiado

pelo Ministério da Educação através de recursos aprovados por Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa.

O material¹⁰ consiste em um kit contendo vídeos e guias de orientando para professores através de um caderno que se dividem em três capítulos, trazendo diferentes discussões sobre a realidade e esclarecendo sobre a população LGBT. Assim, o primeiro capítulo, traz a discussão ampliada sobre gênero, homofobia e a luta do movimento LGBT pela cidadania. O segundo capítulo concentra a discussão no espaço escolar apresentando sobre homofobia nas escolas e nos currículos, algumas práticas e espaços escolar e faz alguns apontamentos para os enfrentamentos dessas questões; o terceiro capítulo discute sobre a diversidade sexual nas escolas, apresentando projetos políticos-pedagógicos e plano de ação para uma escola sem homofobia. Esse projeto visa, acima de tudo, uma tentativa de mudanças no âmbito educacional promovendo proposta para a garantia dos direitos humanos e respeito acerca das orientações sociais e identidade de gênero dos espaços educacionais.

A Escola Sem Homofobia é sem dúvida, um marco histórico na luta do movimento LGBT e é entendido como essencial para que consigamos promover discussões e mudanças de todos os atores da educação para que haja um avanço rumo ao enfrentamento da realidade violenta que atinge gays, lésbicas, travestis e transexuais nas escolas. Entretanto, esse projeto além de se estender por anos para sua efetivação que seria realizada somente a partir de 2011, foi vetado devido a fortes pressões de vários setores conservadores da sociedade e apoiado por representantes políticos de cunho religiosos. Dessa forma, antes mesmo de começar a ser implantado nas escolas, o projeto foi arquivado pelo governo Dilma.

Na contramão, o que surgiu foram projetos como o Escola Sem Partido que visa - de forma tendenciosa e de cunho conservador - a proibição de ensino de caráter político e ideológico em salas de aulas. Projetos como esse, somam forças políticas em detrimento as retrocessos e retirada de direitos LGBT.

Em 2014 o Plano Nacional da Educação (PNE) excluiu as palavras “gênero” e “sexualidade” do documento, uma ação influenciada pelos segmentos conservadores que utilizam de um discurso em defesa da família. Essa parcela da população que se

¹⁰ O material pode ser acessado na íntegra pelo site: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>> . Acesso em jun. 2018.

apoiam na moralidade e bons costumes para discutir e propor projetos na educação, nomeou o kit elaborado através do programa Escola sem homofobia como “kit gay”, alegando que há uma tentativa de doutrinação política e ideológica nas escolas no qual a distribuição de materiais sobre identidade de gênero e orientação sexual está relacionada a promoção e expansão da ideologia de gênero.

Segundo os fundamentalistas religiosos e os movimentos ligados a luta pró-família, explicam a expressão de ideologia de gênero como uma tentativa de afirmar que não existe uma identidade sexual biológica e isso acarreta na influência dos trabalhadores da educação na orientação sexuais de estudantes. Esse movimento em torno da Escola Sem Partidos tem sido um assunto importante e necessário para a discussão sobre educação, tendo em vista seu caráter conservador e tendencioso. Há relatos de perseguição de política contra professores e educadores que propõem a discutir questões políticas e de gênero nas escolas, um exemplo antidemocrático e repressivo no âmbito educacional que se apoia em argumentos como a neutralidade e liberdade do ensino.

Tantos outros projetos criados reforçam esse caráter preconceituoso brasileiro como o Estatuto da Família criado em 2013 que defende um modelo único de família, baseado no modelo moderno burguês héteronormativo de família tradicional.

Ao se tratar de travestis e transexuais essas realidades tornam-se ainda mais excludentes e violentas, principalmente no ambiente escolar. Segundo Rodrigues, Marques e Reis (2017) foi na década de 2000 que se iniciam debates voltados para a utilização do nome social nas instituições de ensino e no Brasil, somente a partir 2008 surgem legislações municipais, estaduais e nacionais que respaldam a utilização do nome social por estudantes travestis e transexuais no âmbito educacional. O maior exemplo se dá pela da Resolução nº12 de 16 de janeiro 2015¹¹, através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT e da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. Essa Resolução objetiva a “garantia de condições, acesso, permanência, visibilidade e reconhecimento de pessoas transexuais e travestis nos sistemas e instituições de ensino” (RODRIGUES; MARQUES; REIS, 2017, p.99).

¹¹ Resolução disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>.

Acesso em jun. 2018.

Conforme as autoras, ainda existe uma resistência por parte das instituições, principalmente superiores de caráter privadas na implementação desta, o que rebate na falta de intenção pela promoção da cidadania LGBT. Dentre as universidades públicas, ressaltam a Universidade Federal do Piauí como pioneira nesse processo, onde desde 2014 foi aprovada a resolução que garante o direito ao nome social. Reflexo de uma instituição que se destaca por diversos grupos e estudos, programas de pós-graduação e pesquisas que contemplam a categoria gênero e suas ramificações, dando importância na participação e atuação dos movimentos sociais com exemplo do Grupo Matizes¹² na região.

Hoje, podemos perceber um movimento sobretudo por parte de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, um avanço nos programas, projetos e ações voltadas para a população LGBT, focando nas travestis e transexuais em ressalva da sua condição frente aos outros indivíduos relacionados a educação. Vale ressaltar o projeto “Transvest” em Belo Horizonte que visa a inclusão de travestis e transexual na sociedade, o “TransFormação” em São Paulo com caráter de cursinho popular preparatório para o enem e outras provas e o “Prepara Nem” no Rio de Janeiro. Os objetivos dessas iniciativas, acima de tudo, está na valorização dos sujeitos, a promoção da cidadania e equidade de direitos de grupos marginalizados e a luta pela dignidade humana através da educação como salienta as autoras

na perspectiva de uma vida social e digna, a educação tem seu papel indispensável, pois os espaços educacionais devem ser por excelência espaços de garantia e de respeito aos direitos pessoais e coletivos, não sendo, dessa forma, admitido nenhum ato discriminatório a qualquer cidadão”. (RODRIGUES; MARQUES; REIS 2015, p.105)

Dessa forma, devemos nos atentar que essas ações se caracterizam como estratégias de enfrentamento de questões que emergem para além de sua imediatividade, se pautam como instrumentos de construções de identidades, valorização e consciência dos sujeitos, no intuito de atenuar demandas emergentes, na tentativa de promoção da equidade e acesso aos direitos sociais mas que, objetiva também a construção de sujeitos sociais que reconheçam seu lugar e sua identidade na luta de classes para a superação dessa lógica excludente e perversa, advinda do modo de produção capitalista. Sabemos da importância das lutas sociais em torno de políticas públicas, na qual

¹² O Grupo Matizes é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja missão principal é a defesa dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Atua no estado do Piauí, principalmente na cidade de Teresina.

evidenciam de forma eficiente e eficaz a garantia de direitos enquanto cidadãos, mas é de conhecimentos também as dificuldades e barreiras que são postas por uma classe dominante e da necessidade de avançarmos mais na busca e construção de uma sociedade mais justa e igualitária que preza o respeito e equidade de todos os indivíduos.

Buscou-se apresentar desde o início dessa discussão o quanto o caráter da cidadania nos moldes capitalistas se apresenta de forma restrita, ineficiente e inalcançável dentro desse projeto de sociabilidade. Com tal exposição intenciona-se apresentar um dos determinantes que ajudam na compreensão acerca das relações sociais e condições de vida e sobrevivência dos sujeitos LGBT, que se encontram em um espaço tão degradante e vulnerável. Assim, falar de cidadania nesse contexto remete a necessidade de criar condições de acesso aos direitos mínimos e que atendam às necessidades básicas de existência dos sujeitos.

Outro apontamento que chamamos atenção é na forma analítica dessa dinâmica na qual parte da necessidade de compreensão desses sujeitos e suas particularidades no processo de exclusão da vida social que se apresenta e, também, a compreensão de que esse é um processo intrínseco à lógica de produção e reprodução das relações desiguais no bojo do modo de produção capitalista, assim,

as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais também conformam a classe trabalhadora. Olhar para os processos de precarização da vida desses sujeitos apenas pelas opressões de gênero e de orientação sexual sem a interseção da classe social é, certamente, incorrer em análises sem o prisma da totalidade social na qual estão imersos. Do mesmo modo, direcionar o olhar para a classe trabalhadora sem reconhecer sua heterogeneidade e os marcadores da diferença que incidem sobre ela também pode ser limitante para a compreensão das potencialidades de intensificação de exploração que a relação antagônica capital e trabalho logra no curso do fluxo do capital. (Marinho, 2016, n.p.)

Assim, a realidade da comunidade lgbt segue em consonância a todos os sujeitos que conformam a classe trabalhadora na dinâmica da relação desigual de classes em um processo diário de barreiras e embates na luta por seus direitos, visibilidade e cidadania. O cenário político historicamente sempre apresentou contrário aos interesses dessa população e se mostra cada vez mais com o propósito de acentuar a desigualdade de gênero e sexualidade, reafirmando seus traços machistas, conservadores e preconceituosos.

Os golpes contra a educação também se elevam com o caminhar da realidade sócio-histórica do país. Um exemplo atual é a PEC 241 chamada de PEC do Teto de Gastos que, objetiva o congelamento de gastos na área da educação, saúde e assistência social por vinte anos, proposta pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Dessa forma, as lutas sociais atualmente se encontram em uma posição de defesa de seus direitos e na luta para assegurar direitos já existentes uma vez que, se esbarram a todo momento em ações do Estado para retirada de direitos, aprofundamento da desigualdade e intensificação da exploração que nos leva a um retrocesso cada vez mais profundo.

Assim, apesar da existência de pautas principais ainda estarem na agenda do movimento lgbt como a criação de leis e políticas que garantem o fim da discriminação em lugares públicos como a escola dentre outros focos permanente dessa militância, a construção de novas pautas e propostas de enfrentamentos tanto do movimento LGBT quanto da sociedade organizada como um todo torna-se dificultosa tendo em vista o contexto político atual do país. Esse fenômeno reflete a lógica neoliberal que se concretiza e intensifica cada vez mais no cenário contemporâneo e demonstra também como as reformas implementadas pelo governo ilegítimo de Temer se identificam com essa lógica, impactando diretamente nos direitos e na vida da população LGBT.

Segundo Feitosa, o projeto neoliberal atinge de forma negativa o ativismo onde

nessa corrente política e econômica a participação se despe de seu caráter reivindicatório e transformador assumindo uma feição adocicada e executora de projetos estatais. Movimentos contestatórios são criminalizados. A sociedade civil é convocada a participar sob a alcunha da solidariedade de caráter assistencialista ou sob o empreendedorismo solidário. A cidadania, no neoliberalismo, também perde seu status de direitos universais resultando em ações focalizadas e emergenciais nas quais certamente a população LGBT não será contemplada. (FEITOSA; 2017, n.p)

Podemos perceber que os desafios enfrentados pelo movimento LGBT são inúmeros e atravessados numa correlação de força entre Estado e militantes progressistas. Assim, a falta de comprometimento e interesse do Estado através da falta de investimento em projetos voltados para a população LGBT assim como o descaso na elaboração e efetivação de política para essa população, a falta de apoio e solidariedade social e o papel da igreja católica e os evangélicos neopentecostais como protagonistas no exercício da intensificação e propagação do pensamento conservador e reacionário no Brasil são alguns dos desafios que atravessam a luta LGBT atual. Dessa forma é necessário criar estratégias e condições para a superação dessa realidade. Estratégias que se vinculam a um projeto em defesa dos direitos LGBT e o aprofundamento da

cidadania vinculada a esses sujeitos que se encontram em um lugar de subalternidade e dominação ou ainda em uma realidade de invisibilidade social, mas, que apontam para a superação desse modelo de sociedade burguês.

Sabemos que a luta não só dos movimentos identitários, mas todas as lutas sociais que anseiam a superação de todo tipo de opressão e de exploração esbarram em limites e barreiras postos pela classe burguesa para manutenção de seu poder hegemônico. Por isso, a necessidade de sermos cada vez mais transgressores e revolucionários torna-se fundamental no processo de perdas e ganhos de direitos. Tais barreiras são evidenciadas a partir de fatos como em pleno ano de eleição do qual vivenciamos, já se inicia com a candidatura de um candidato declaradamente contrário a comunidade LGBT, visto que ha uma defesa e apoio considerável da população por esse candidato. Uma realidade que vivenciamos dentro do país que mais mata LGBT's no mundo, onde a expectativa de vida de uma travesti e transexuais é de apenas 35 anos.

Esses apontamentos revelam como a intolerância e os preconceitos ainda se encontram enraizados em grande parte da população. Bulgarelli (2018) argumenta que essa mobilização conservadora é movida pelo medo e que esse espectro atravessa toda história de luta do movimento LGBT. É pelo medo de uma população que questionavam a moral e os bons costumes que levaram a mídia a caracterizar a epidemia de HIV/Aids como “peste gay” em 1980, justificar a violência policial contra travestis e transexuais justificando que esses sujeitos representam perigo nas ruas e também em 1990 teve força para barrar a grande parte de projetos de lei que relacionada a cidadania LGBT.

Atualmente segundo o autor, há uma atualização do medo no sentido de proteção a família tradicional e o futuro das crianças, quando nos deparamos com a retirada e proibição de materiais sobre gênero e sexualidade das escolas, com a tentativa de silenciar profissionais da educação em escolas e universidades. Nessa lógica, o medo se torna ferramenta política da parcela conservadora da população na medida que se utilizam dele para justificar ações preconceituosas e discriminatórias e para Bulgarelli os desafios do movimento LGBT na cena contemporânea está relacionada no enfrentamento dessa ação que ainda se mostra eficiente enquanto instrumento conservador e sua atualização que acompanha o processo histórico de luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não é um campo desvinculado da dinâmica social que se constrói historicamente, ao contrário, ela se inscreve no contexto e no processo das relações sociais, atendendo sempre aos interesses de uma classe específica vinculado a um processo societário. A escola, longe de exercer sua função enquanto espaço de socialização do conhecimento e reflexão, afim de promover a integração entre as pessoas, acaba por ser utilizada como instrumento de manipulação e alienação social, impondo valores e morais dominantes historicamente determinados. Dessa forma, a educação contemporânea, vinculada ao ideário neoliberal que expressa a nova etapa do capitalismo que conhecemos como monopolista, exerce um papel de manutenção dos interesses burgueses, evidenciando um caráter classista, no qual se posiciona de forma excludente em relação a raça, gênero e sexualidade.

Assim, analisando o processo histórico, político e econômico brasileiro, percebe-se uma particularidade na emergência burguesa enquanto poder dominante que, de forma a desenvolver novas características societárias mas tentando manter antigos interesses, acabam por realizar um processo não democrático, limitando-o a uma pequena parcela da população, ou seja, realiza-se uma democracia restrita, que não se completa em sua totalidade, atendendo somente a interesses burgueses. Nessa lógica, os direitos básicos da população se apresentam de forma peculiar, dada a relação paternalista e o processo de ocorre “de cima para baixo” na formação dos direitos brasileiro. É necessário analisar de forma crítica esse processo para compreender a função dos direitos e, como são adquiridos a partir de uma disputa de classes. Diferente do que se prega o ideário neoliberal, é essencial compreender que os direitos em todas suas dimensões, decorrem de um processo sócio histórico da luta de classes no qual emerge as demandas dos trabalhadores frente as consequências sofridas pela superexploração advinda do capital. Os direitos também, são fundamentais enquanto ferramentas de acúmulo de forças para uma luta ampla, que envolve o rompimento com as grandes potências imperialistas, rumo a uma constituição de uma sociedade sem classes. Vincular a educação na relação

dos direitos e cidadania (essa pensada em sua forma plena) é compreender uma complexa dinâmica das relações sociais na qual estamos inseridos para conseguir criar estratégias de luta para a superação desse modo de produção que objetiva a produção e reprodução de uma lógica perversa.

Essa lógica capitalista e sua manipulação em torno da educação rebate diretamente na vida da população LGBT, colocando-os em uma posição marginalizada ao processo de direitos e impondo uma condição material vinculada a uma extrema violência e negação do reconhecimento enquanto sujeitos, posto que essa população ainda luta pela efetivação de sua identidade e dignidade enquanto pessoa humana. Na arena de disputa que conforma a sociedade de classes sociais antagônicas atual, em um jogo de confrontos atravessados por diferentes interesses, as lutas sociais e aqui, evidenciando o movimento LGBT, se coloca em um papel fundamental nessa disputa e relações de poder.

Desde o surgimento do movimento LGBT no Brasil na década de 70 e sua reorganização em 1980 em resposta à epidemia da AIDS, o processo de luta é marcado por árduas disputas e extrema violência na relação com o Estado, em um processo de perdas e ganhos de direitos, tendo em vista a limitação e consolidação de pautas que afrontam e desestruturam um modelo héteronormativo e LGBTfóbico da sociedade contemporânea.

Vivencia-se um momento político no Brasil marcado por intenso conservadorismo e postura moralizante advindo de políticos religiosos, vinculados a discursos em defesa da família e dos bons costumes que deixam claros sua posição contrária a população LGBT, dificultando a efetivação e concretização de projetos de leis que atendam as especificidades desses sujeitos. Exemplo disso foi o veto do Programa Escola sem Homofobia e a circulação de materiais nas escolas que tem como objetivo de incentivar a discussão de gênero e sexualidade nos espaços educacionais. Podemos citar também a retirada das palavras “gênero” e “sexualidade” do documento do Plano Nacional da Educação desde 2014.

Ao analisar as pautas do movimento LGBT, percebe-se um atraso e defasagem frente a outras bandeiras de lutas. Essa constatação, se dá pelo lugar de marginalização no processo de acesso a direitos que a comunidade ainda se encontra, principalmente se voltarmos os olhares para as travestis e transexuais. A diferença e a necessidade de se

pensar a realidade da população LGBT, dá-se pelo fato de ainda estarem reivindicando por direitos que já foram superadas pela maioria dos outros setores. Reivindicação por direitos como o reconhecimento enquanto sujeitos, a utilização do nome social, o direito ao casamento e principalmente o direito de viver, tendo em vista a discrepância ao analisar a expectativa de vida média dessa população em relação aos demais. Essa realidade, acompanhada pela falta de comprometimento por parte do Estado pela defasagem de investimento em projetos voltados para a população LGBT, só reforça o nível de retrocesso imposto a esse segmento no processo conservador em vigor.

Enfim, esse trabalho se coloca no esforço de causar inquietações e chamar atenção para a realidade alarmante da população LGBT. Um ato de denúncia da educação atual, cooptada pelo contexto neoliberal que aprofunda a desigualdade de gênero e sexualidade e reforça a base excludente, machista e discriminatória da educação. A necessidade de discutir a relação da comunidade LGBT com a educação, torna-se fundamental e urgente para se pensar em valorização dos sujeitos no que diz respeito a vida e a diferença. A educação, principalmente as universidades, ainda são espaços de privilégio e é necessário quebrar com essa lógica para avançarmos na construção de uma sociedade sem classes. Compreendemos que uma educação no qual almejamos, capaz de respeitar a dignidade humana e que trabalhe de forma efetiva nas diferenças e identidade dos sujeitos, assim como a cidadania plena que tanto idealizamos, só terão possibilidades de concretização em um modelo de societário, cujo o modo de produção não se justifique pela exploração de uma classe pela outra. Mas a construção do projeto de um novo modelo de sociabilidade deve atender e abarcar todas as necessidades particulares em um movimento de equidade e integridade dos sujeitos. Reconhecer a complexidade que envolve a problemática da população LGBT e sua condição negativa ao restante da população, conformando esses sujeitos como parte constitutiva da classe trabalhadora e lutando pela legitimação de suas pautas, é um grande passo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promotora de uma real democracia.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história. Biblioteca Básica de Serviço Social.** V. 2. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BULGARELLI, Lucas. **Cenário para 2018: Quem ainda tem medo do movimento LGBT?**, 2018. Disponível em <<http://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/Cen%C3%A1rios-para-2018-quem-ainda-tem-medo-do-movimento-LGBT>>. Acessado em 20 junho 2018.

COUTINHO, C. N. **Cidadania e Modernidade.** V.22. São Paulo: Perspectivas, p.41-59, 1999.

COELHO, Lígia Martha C. **Sobre o conceito de cidadania: uma crítica a Marshall, uma atitude antropofágica**, in: COELHO, Lígia Martha C. et. al. **Cidadania/Emancipação.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

DURIGUETTO, Maria Lucia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento social.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FEITOSA, Cleyton. **Falta a setores do movimento LGBT uma leitura crítica do neoliberalismo**, 2017. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/03/23/falta-setores-do-movimento-lgbt-uma-leitura-mais-critica-do-neoliberalismo/>>. Acessado em 19 junho 2018.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação : ensaios / Paulo Freire.** 5. ed - São Paulo: Cortez, 2001.

GREEN, James N. **Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: UNESP, 2000.

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Junqueira, Rogério Diniz. *Brasília-DF; MEC, SECAD, UNESCO; 2009. 455 p.*

LOURO, Guacira. **A construção escolar das diferenças.** In: LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6 ed. Petrópolis: Vozes, p. 57-87. 2003.

MARX, KARL. **Sobre a Questão Judaica.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência.** Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.

MARINHO, Silva. **Precarização social da população lgbt: Um debate sobre trabalho, relações sociais no capitalismo e as tendências contemporâneas do modo de produção capitalista.** 2016. Disponível em <http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467395047_ARQUIVO_ArtigoSilvanaMarinho_PrecarizacaosocialLGBT.pdf> Acessado em 19 junho 2018.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Resistência da população LGBT.** Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/index.html>>. Acessado em: 30 junho 2018.

MÉSZÁROS, István. **Marxismo e Direitos Humanos. In: Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação.** São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?.** São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István, **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, J. P. e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** Biblioteca Básica de Serviço Social. V. 1. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Sundermann, 2015.

REIS, Toni; HARRAD, David. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil**. Disponível em: <<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acessado em 20 junho 2018.

RODRIGUES, Jessyka Da Silva, et. Al. **O uso do nome social nas instituições privadas de ensino superior**. In: OLIVEIRA-PINTO. (Org.). Transpolíticas públicas. Campinas: Papel Social, p. 95-112. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**, Revista Crítica de Ciências Sociais, p. 237-280. 2002.

SAVIANI, Demival. **Escola e democracia ou a teoria da curvatura da vara**. In: ANDE, ed. 1, Campinas – SP. p. 22-33. 1981.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2009.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí - RS: Unijuí, 2005.

TRASPADINI, Roberta. **Dependência e luta de classes na América Latina**. Vitória – ES. v. 6, n.2, p.29-43, jul./dez. 2014.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios**. Educ. Pesqui., São Paulo, Aheadofprint, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2015nahead/1517-9702-ep-1517-97022015031914.pdf>> Acesso em 15 junho 2018.

DECLARAÇÃO

Certifico que o aluno Emerson Recende Leal, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado "A ESCOLA TAMBÉM É NOSSO DIREITO: COMPREENDENDO A CIDADANIA E LUTAS SOCIAIS NOS MARCOS DO CAPITALISMO COMO SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO LGRT NO BRASIL", efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Taciene Couto Gonçalves (orientadora)

Ouro Preto, 20 de julho de 2018.